



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 46

Sessão Ordinária Setembro

1.ª Reunião em 09/09/2016

Aos nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite, com a sucedânea Maria Leonor Nunes dos Reis, na qualidade de Primeiro Secretário, e o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Miguel António Costa da Silva, Anabela de Almeida Saraiva, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Fernando dos Santos Silva, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Rita Alexandra Monteiro Baptista e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Mónica Filipa Crsitovão Gomes, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, e António dos Santos Costa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, João Francisco Carvalho de Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Manuel Oliveira de Sousa e Rita Alexandra Verdade da Encarnação (saiu às 22:15 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Primeiro Secretário Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Alberto Simões Barbosa e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Leonor Nunes dos Reis, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Anabela de Almeida Saraiva, Fernando dos Santos Silva, e Rita Alexandra Monteiro Batista.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos e Henrique da Rocha

Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Miguel António Costa da Silva e Júlio Vasconcelos de Oliveira.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, João Condinho Vargas, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Apreciação e votação da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Aveiro;**
- Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 13JUN16 a 05SET16;**
- Ponto 3 – Apreciação e votação do Contrato para a concessão do serviço público de transporte rodoviário de passageiros e do serviço público de transporte fluvial de passageiros e viaturas, e das Oficinas e do Centro Coordenador de Transportes de Aveiro – segunda adenda e autorização de encargos plurianuais;**
- Ponto 4 – Apreciação e votação do Protocolo de Cooperação 2016 entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Sport Clube Beira-Mar;**
- Ponto 5 – Apreciação e votação dos Contratos de Delegação de Competências em matéria de Educação a celebrar com as Juntas de Freguesia do Município;**
- Ponto 6 – Apreciação e votação da abertura dos procedimentos concursais para recrutamento de Assistentes Operacionais na área da Educação;**
- Ponto 7 – Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação para Alteração do Regulamento Municipal das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro.**

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas da sessão anterior⁰⁰³ em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 44 – Sessão Ordinária em Junho – reunião realizada em 17-06-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte seis votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 45 – Sessão Ordinária em Abril – reunião realizada em 24-06-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte seis votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Continuado, a Presidente da Mesa em Exercício⁰⁰⁴ nos termos regimentais, deu início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos tipificados no Regimento para cada grupo municipal.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁰⁵

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁶

Senhor Presidente, Senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara. O tema que nos traz hoje aqui são os incêndios que há vários meses deflagram um pouco por todo o país. Por isso começaria esta minha intervenção por saudar todas as corporações de bombeiros pelo seu trabalho herculiano e todas as populações afetadas por estes incêndios.

Portugal tem a maior área de eucalipto plantado de toda a Europa e é o país maior área ardida da Europa. Podemos dizer que não existe nenhuma relação entre estes factos. Mas em 2009 o Ministério do Ambiente preparou um decreto-lei para classificar o eucalipto como planta invasora, impondo restrições ao seu uso. Mas subitamente, essa proposta desapareceu. O Decreto-Lei 96/2013, conhecido como a Lei do Eucalipto, simplificou plantações de eucaliptos, mas complicou a plantação de espécies florestais autóctones como o sobreiro, o castanheiro, o carvalho ou a azinheira que passaram que ter que ser comunicadas.

É nas áreas de plantação de eucalipto e pinheiro desordenadas, como aquelas que esta lei criou em grandes e contínuas extensões, que o país mais arde, ano após ano. São estas áreas que a "Lei do Eucalipto" conseguiu que se expandissem, entregando a floresta portuguesa nas mãos da fileira da celulose, que não quer ter nenhuma responsabilidade pela floresta e pela sua manutenção, ordenamento ou equilíbrio, mas apenas a possibilidade de extração máxima de madeira produzida pelos milhares de pequenos proprietários que arcarão com todo o risco.

Esta invasão que constituiu a transferência de todo o risco de negócio da plantação de eucalipto das empresas da fileira da celulose para os pequenos proprietários e para as suas propriedades, assim como para todo o país. E esse risco materializa-se sempre. Sempre que as temperaturas aumentam, sempre que o vento sopra, é o país que paga. E a floresta arde, regride, diminui, em termos de evolução ecológica, empobrece, é abandonada e degradada. O ciclo do abandono/eucaliptização. Incêndio/eucaliptização/abandono, tem de ser travado.

Dizer que a composição de uma floresta, o seu estado de abandono e má gestão e nada têm que ver com os incêndios. Dizer que não há nenhuma relação entre a mudança da composição predominante da floresta no país do pinhal para o eucalipto e a "coincidência" é o aumento dos incêndios. Dizer que não existe nenhuma relação entre os factos de Portugal ter a menor área pública florestal da Europa, de ter a maior área de eucalipto da Europa e do mundo em termos relativos, e de ser o país com maior área ardida da Europa, ano após ano. Dizer tudo isto é falar para que tudo fique na mesma. A Europa tem em média 58,65% da sua área florestal sob propriedade e gestão pública enquanto Portugal tem perto de 3%.

Estima-se que a área do território nacional abandonada e de dono desconhecido seja mais de 2 milhões de hectares, perto de 20% do território nacional e maioritariamente floresta.

O abandono é o maior promotor da entrada do eucalipto na floresta portuguesa. E esta invasora, instalada maioritariamente em pequenos terrenos privados, de donos

desconhecidos e abandonados, ocupa esses terrenos não tanto pelas suas modestas características naturais de planta exótica invasora, mas porque é plantada em largas extensões de floresta de forma desregrada e intensiva, seja pela fileira da celulose diretamente (155 mil hectares) ou pelos pequenos privados que recebem as árvores da fileira da celulose (700 mil hectares).

E porque a catástrofe que são os incêndios. Para quem perde casas, gado, culturas, zonas de pastoreio e para todos nós como sociedade. Os custos imensos, inclusive de vidas, que representam o combate aos incêndios e bem sabemos o difícil que é ser bombeiro e bombeira neste país. A falta de meios, a escassez de recursos. E ainda assim uma grande maioria prefere enterrar a cabeça na areia.

Nós falamos em gestão coletiva das florestas, falamos em posse administrativa de terrenos deixados ao abandono, falamos em reconversão dos meios de prevenção e combate, mas há uma direita refém dos interesses que se bate para que fique tudo na mesma.

Vejamos Ribau Esteves, Presidente da Câmara da capital de distrito que foi mais afetada pelos incêndios a defender a atual liberalização da plantação de eucaliptos e criticar quem defende restrições à sua plantação. Posiciona-se do lado do negócio, escusando-se a vir com proclamações de criação de emprego. As celuloses atualmente empregam perto de três mil trabalhadores e o número desses trabalhadores têm diminuído Isto são números da CELPA.

Mais interessante seria saber quantos postos de trabalho poderiam ser criados com o ordenamento da floresta. Na preservação e manutenção de todos os ecossistemas e das atividades que de lá provém. Madeira para móveis, frutos, abelhas, abrigos de animais, aves, plantas.

Ou abandonamos o cultivo do eucalipto e nos voltamos para o ordenamento das florestas com árvores autóctones, com planeamentos mais resistentes ao fogo, que permitam o ressurgimento das biodiversidades características das nossas florestas ou declaramos voto vencido perante o setor da pasta de papel que com pouco investimento e externalização de quase todos os custos, plantará e comprará eucaliptos até deixarmos de ter recursos naturais. E continuaremos a viver as sequelas de um filme de terror, incêndio após incêndio, que ano após ano se produz em Portugal. Obrigado pela tolerância Senhor Presidente.”

(Entretanto deu entrada na sala a vogal Susana Cristina Chaves Batista Esteves)

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA)⁰⁰⁷

(Deram entrada na sala os vogais Nuno Manuel Marques Pereira e João Carlos Rodrigues Morgado)

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Quando se aproximam eleições é normal (e isso ultrapassa o país) que comecem a surgir obras por todo lado e além de obras que sempre estiveram sustentadas, as entidades que as promovem agora (falo genericamente) desdobram-se em afirmações normalmente feitas na primeira pessoa do singular, esquecendo sempre que quando alguma obra é feita conta sempre com o contributo de alguém que já esteve ou de alguém que acompanha. Mas normalmente isso acontece. E todos os dias surgem parangonas “eu fiz, eu não sei quantos”.

A meu ver esquecem-se do “nós”. Portanto de todos, da comunidade em geral. Porque atrás de um acto estão uma série deles e as condições em que assentam para que ele pudesse ser gerado.

Bom penso que, como é geral, constará de algum manual titulado “como ganhar eleições”. Penso que é uma política errada a mau ver. O cidadão vai evoluindo e vai ter capacidade para crítica. E quando as pessoas se põem em bicos de pés e afirmam a singularidade dos actos, não enaltecendo os contributos que têm de outros, e quando longo tempo veem que a atividade esteve parada e aparece só neste período eleitoral, o cidadão começa a ter a noção daquilo que errado. E penso que esse tipo de política não terá futuro.

Portanto eu apelo, especialmente aos autarcas que tem gerido assim, que se deixem dessa política porque quando as pessoas tem uma capacidade critica forte, como é o caso de Aveiro, esse tipo de atitudes creio que não resulta. E espero que se for esse o caso não resulte mesmo. Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Ernesto Carlos Rodrigues de Barros)

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[009](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Temos vindo a assistir com preocupação à retração do investimento privado ao longo dos últimos meses. É natural que a instabilidade legislativa de que é exemplo mais flagrante a alteração à descida do IRC na restauração, aprovada pela geringonça propriamente dita, possa levar a uma maior ponderação do investimento por parte de quem o pretende fazer.

Quem investe quer sentir confiança. E atualmente em Portugal confiança no governo dos derrotados unidos e nas suas políticas é coisa que não existe.

Sabemos que para o nosso concelho a Navigator tem previsto um investimento importante na ordem dos 400 milhões de euros com a criação de cerca de 300 postos de trabalho. Investimento este que permitirá significativas exportações.

Na primeira fase. A iniciar num prazo muito curto, o valor do investimento será de aproximadamente de 100 milhões de euros com a criação de cerca c100 novos postos de trabalho.

No entanto, as ultimas notícias relativas a este investimento são preocupantes. Pois devido a compromissos assumidos pelo PS e aquele pequeno partido apêndice que nunca concorreu sozinho a nada (se o tivesse feito já teria desaparecido) compromissos esses relativamente a alterações ao regime jurídico da arborização, poderá não vir a haver matéria-prima suficiente para a laboração desta fábrica. O que levará caso estas alterações legislativas se venham a concretizar a que o investimento não se realize. Convém lembrar aqui e agora, que o PS que pensa nestas alterações legislativas, é o mesmo PS que em Aveiro sempre esteve ao lado do executivo municipal em tudo quanto foi deliberado relativamente ao investimento da Navigator em Cacia.

Duas posições distintas do mesmo Partido. Que não olha a meios para atingir os seus fins, que pelo exemplo dado não são mais do que desgovernar o país.

E lembrar também que há menos de um ano todos aqueles que vociferavam diariamente contra o desemprego e a precariedade sofrem agora de uma afonia aguda que nem a melhor das pastilhas para a garganta cura quando se põe em risco a criação de emprego. Disse”

Vogal Paulo Marques (CDS)[010](#)

Vogal Jaime Vinagre (PS)[011](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata [012](#)

“Boa Senhor Presidente, Srs. Deputados, Srs. Vereadores. Hoje dirijo-me especialmente ao Senhor Presidente, para convidá-lo a fazer comigo um passeio no Parque. Fazermos um passeio guiado pelo Parque. Já que não posso fazê-lo venho aqui fazer a minha descrição, mas gostava que me acompanha-se. Isto porque já nos convidou para irmos fazer o turismo militar e até hoje ainda não fomos.

Então vamos entrar pelo Parque pela Avenida Artur Ravara e deparamos do nosso lado esquerdo com o local onde estavam anteriormente os baloiços. Não sei se toda a gente se recorda. Hoje nada existe nem sequer relva! Antes mesmo de seguir em frente olhamos para trás e deparamos com a magnífica ponte e debaixo da ponte foi plantada uma árvore, coisa estranha porque aquela árvore quando crescer acabara debaixo da ponte. Não sei se é algum efeito decorativo ou se foi por engano.

Seguindo em frente deparamo-nos com uma pequena gruta que é alimentada por água que vem do lago e onde se encontra um repuxo que está apenas como figura decorativa porque água não tem!

A ligação entre o lago e esta gruta pequenina tinha em tempos uma rede que impedia que os patos e até os peixes pudessem passar. Neste momento não existe rede e os patos pequeninos quando entra depois não podem sair e os peixes algumas vezes conseguem dar a volta outras não dão. É por aí que fazem a alimentação de água para a Baixa de Sto. António.

Mas antes de continuarmos pelo lago, se olharmos à nossa esquerda temos aquela gruta muito maior que foi fotografada com azulejos e que hoje se encontra completamente abandonada. A água que antes escorria e que os miúdos tanta graça achavam porque a água vinha de cima hoje não está. E aquilo que existe é um tanque com água esverdeada com mau aspecto. Portanto continuamos com o abandono.

Agora vamos seguir pelo lago onde está povoado de patos, muitos patos, não sei se a Câmara sabe quantos patos têm. E curiosamente devo lembrar que há uns anos largos já lá existiram uns barquinhos onde as pessoas faziam ali um brincadeira qualquer e hoje não há barcos, há patos a mais, tudo muito feio, muito abandonado.

Mas vamos continuar o passeio e ao avançarmos pelo Parque se avançarmos em direção a sul, passando pelo estaleiro teatral, aí as coisas ainda são mais interessantes. Chegamos ao estaleiro teatral, viramos e encontramos lá uns loureiros plantados no dia da árvore. Neste momento só encontramos as etiquetas dos ditos pois estão completamente secos. Não sei de quem é a responsabilidade, mas o Parque aquilo que era considerado o pulmão da cidade, hoje está uma vergonha.

Vamos continuar agora em direção aquilo que são os escorregas. Os escorregas têm uma relva sintética creio eu, tem lá escorregas, baloiços nem vê-los, talvez seja eu que esteja desatualizada e os meninos agora não andam de baloiços. Mas nos escorregas essa rede está também muito pouco apropriada. Encontram-se pedras, folhas, e se continuarmos encontramos o lago. E o lago está revestido de verde na superfície e até tem nenúfares!? Eu pergunto; é isto o que nós temos para apresentar às pessoas?

Antigamente eram feitos lá imensos piqueniques. Encontram-se lá realmente muitos namorados, mas à noite as pessoas dizem que aquilo não tem segurança nenhuma. Há pessoas muito estranhas a passear por ali. Será que não é possível fazer um policiamento para aquele Parque?

E eu sei que o Senhor Presidente já tem andado a fazer as suas corridas de matinais pelo parque. Portanto não precisa da minha companhia para ver como o Parque está completamente abandonado. E isto também é muito perto da Junta de Freguesia da

Glória/Vera Cruz. E o meu amigo Srs. Presidente também devia pensar ou chamar atenção par disto.

Como é possível em Aveiro, uma terra de água, os fontanários e repuxos estejam todos fechados? Até na Praça Marques de Pombal que tinha aquele repuxo que acharam tão bonitos, hoje estão fechados. Porquê?

Gostava de saber por que é que a Câmara não tem cuidado. Eu penso que o Parque é um dos ex-libris da cidade. As camionetas antigamente paravam ali. Por agora é tudo.”

(Deram entrada na sala a Presidente de Junta Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida e a Vogal Maria Cristina Macedo Costa Veiga)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹³

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹⁴

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰¹⁶

Presidente da Mesa⁰¹⁷

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁸

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰¹⁹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²⁰

Vogal Rita Batista (BE)⁰²¹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²²

Presidente da Mesa⁰²³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁴

“Boa noite a todos. Neste período de antes da ordem do dia, porque parece que é incómodo estar no governo ou estar de fora, pensei que os partidos que aqui temos na oposição, pensei que iam falar da solução encontrada para a Caixa Geral de Depósito que prevê o despedimento de uns milhares de trabalhadores e o encerramento de umas centenas de balções!?”

Pensei que vinham falar no subtil (na forma) aumento do IMI e nos explicarem o porquê defendem que o património dos partidos políticos não seja tributado. Os grandes festas políticas estarem isentas de taxas, de IVA, e mesmo de recibos fiscais nas compras lá feitas!?”

Pensei que vinham falar dos Secretários de Estado de Viagens à Borla!?” Mas enfim, a moda dos Secretários de Estado com cartões “frota Galp” veio para ficar e é pacífico. Depende da quilometragem!

Depois um falou dos eucaliptos. Pensei que vinham falar também da quebra de investimento no país. Previam um PIB de 1.8 e estamos sossegadamente em 0.8 ou 0.9!?” Daqui a bocadinho irei falar do passeio da nossa colega Dr. Seiça Neves. Mas irei convidá-la a andar por caminhos melhores. Por caminhos que ela bem conhece e que já aqui chamou. Parece que a Senhora deputada só fala aqui quando anda por caminhos maus ou maus caminhos!?” Mas lá iremos a essa caminhada.

Ao Senhor Presidente gostava de fazer três perguntas. Gostava que o Senhor Presidente nos fala-se um bocadinho sobre o estado em que está a ligação Aveiro/ Salamanca. Gostava que nos fala-se um bocadinho sobre a alteração à lei do IMI sobre a exposição solar. E gostava que nos desse a sua opinião sobre esta polémica sobre a alteração das portagens que diminuíram até Albergaria, mas em Aveiro não foi contemplado.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰²⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁷

“Boa noite a todos. Quatro questões daquilo que foi esta fase do debate: o eleitoralismo, os incêndios, as portagens e o rombo no Baixo Vouga. Nós estamos a gerir o mandato, estamos a começar o último quarto do mandato, estão três quartos ultrapassados e estamos no início do último, e é bom que se vão habituando, nomeadamente o Dr. Jorge Nascimento que é sempre um homem com grandes dificuldades de adaptação às coisas boas da vida, porque nós chegámos a uma fase que é uma fase crescente de acontecimentos físicos visíveis de levar ao terreno, aquilo que são as consequências da nossa governação: pôr as Contas em ordem, credibilizar a Câmara, arranjar quem nos queira vender bens e serviços, fazer projetos, fazer concursos, conseguir os vistos do Tribunal de Contas e levar as coisas ao terreno.

Vai começar este mês a nossa maior obra deste período de tempo, destes cerca de três anos de trabalho. Começa este mês a nossa maior obra, um milhão e duzentos mil euros, que é a variante de Cacia.

Vejam o que nós fizemos para começar esta obra: a alteração de um plano de pormenor, trabalho nosso; licenciamento da via, nomeadamente por causa de uma questão importante ligada ao domínio hídrico; projeto de execução para preparar o lançamento do concurso; lançamento do concurso público; compra de cerca de cinquenta parcelas de terreno que tiveram que ser negociadas uma a uma, escrituradas e todas pagas, vai ser a primeira vez em trinta anos que a Câmara de Aveiro vai fazer uma obra pisando todos os terrenos com legitimidade absoluta de plena posse e todos pagas; tivemos, no âmbito do concurso público, a adjudicação; um visto muito difícil do Tribunal de Contas, tivemos quatro meses em Tribunal de Contas e o terceiro dos três ofícios com uma nota muito difícil de responder, mas conseguimos visto. Este mês começa a obra.

Quem percebe minimamente disto e tem uma atitude séria sabe que fazer tudo isto em três anos é, na lógica legislativa do nosso país, notável e raro. Quem anda aqui só para circo e para deleite de si próprio, porque ninguém lhe dá ouvidos Senhor Doutor, é você que se ouve a si próprio, diz coisas como esta que acabámos de ouvir. Mas habitue-se definitivamente a isto. Estas obras que estamos a fazer, como a Rotunda do Botafogo, não é como no tempo em que os amigos de V. Exa. governaram o Município, uma simulação de obra para enganar eleitores em cima de eleições. É mesmo uma obra. As obras que estamos a fazer, aqui perto de nós, Rua José Estêvão, Rua Agostinho Pinheiro, depois vamos subir para a Rua do Gravito, para a Rua de Sá, para a Rua Eng. Von Haff, vamos terminar esta zona da cidade com a Rua Cândido dos Reis, são mesmo obras, não são simulações. Mas não são obras para turista ver, e nós queremos que os turistas as vejam a fazer e as vejam prontas, para que tenham mais vontade em andar por estas ruas da cidade que, em regra, não escolhem porque não são atrativas.

Vão ver os números deste ano do turismo no nosso município que mesmo com obras que incomodam toda a gente, não há obras que não incomodem, não é possível, irá crescer de forma notável. Quem é que estará mal? A Câmara que faz obras, os turistas que escolhem vir para uma cidade que está em obras, ou os “entre aspas” políticos que não conseguem sair da demagogia e que acham que a obra é má porque não se faz, mas quando se faz a obra continua a ser má. Passaremos à Avenida Dr. Lourenço Peixinho que entrará em obra. Passaremos mais tarde ao Rossio que entrará em obra. Estamos a falar de duas obras muito difíceis e incómodas, e já não são pequenas obras como as outras que acabei de referenciar. Mas há mais obras que incomodam gente mas onde passa lá menos gente. Por exemplo, o Bairro da Gulbenkian está todo em obra, não há lá comércio, não há comerciantes incomodados, mas há residentes, muito residentes; tem funcionado bem. O que ouvimos de alguns demagogos do Município, sempre da ala

esquerda ou desta direita esquerdizada do MIJPA, que a gente não sabe bem porque onda é que navega, é a obra de estacionamento do Canal de S. Roque.

Não sei se acompanharam a obra nos passeios da Dra. Ana Maria ou nas minhas corridas, se me acompanharam porque também faço corridas naquele sítio, não sei se andaram por lá alguma vez, de dia ou de noite, coisa notável. A obra está na sua ponta final, decorreu no pico da recepção aos nossos turistas em Julho e Agosto.

Excelente obra, excelente empreiteiro, excelente compatibilização entre o uso do que ainda não está em obra ou do que já está feito e o não uso da parte que, estando em obra, não pode ser usada. Esta é a nossa atitude séria, construtiva, e não vamos no circo dos demagogos que acham que as obras são más quando não existem, mas são más quando existem. Nós achamos que as obras são boas, precisamos de fazê-las, temos que as fazer, e procurar que a sua execução tenha qualidade, use o mínimo de tempo possível e resolva tudo porque não há mais obras para enganar cidadão ou para sacar voto. Não vamos fazer mais o que se fez no nosso Município nos últimos vinte anos como pavimentar estradas sem rede de águas pluviais. Vamos continuar a pavimentar estradas ou a repavimentar, em todas, sem exceção, onde não haja rede de águas pluviais fazem-se as águas pluviais na obra. Por isso é que são obras mais demoradas.

Estas obras que estamos a fazer nesta zona mais próxima são a zona da cidade e do Município onde a rede de água rompe mais vezes. Hoje nós temos telegestão de toda a rede de distribuição de água no nosso Município. Sabemos, estatisticamente, onde há mais roturas e é precisamente neste sítio onde há mais roturas. Éramos uns irresponsáveis, à moda dos outros, se puséssemos um alcatrão novo impecável, passeios novos impecáveis, e siga que por baixo não se vê, não fica na fotografia, o turista não sabe até porque como passa cá pouco tempo se houver uma rotura o incómodo não é dele, embora alguma unidade hoteleira do sítio possa deixar de ter água por haver uma rotura. Por isso, nesta obras todas, sem exceção, a rede de distribuição de água, que é velha, em que a sua vida útil chegou ao fim ou está a chegar ao fim, tem que ser substituída.

O Centro da nossa cidade não tem obras há vinte anos. Este trabalho é sério, profundo, estudado, numa Câmara que já pode fazer obras, porque a estamos a governar bem, porque temos disponibilidade financeira, porque pagamos a toda a gente, hoje, não há nenhuma empresa que venda um bem ou que preste um serviço à nossa Câmara que não tenha as contas em dia.

Diz o Senhor Dr. Jorge Nascimento que isto é tudo eleitoralismo porque há eleições por perto.

Felizmente que há eleições por perto. Somos uma democracia e de quatro em quatro anos há eleições. Mas felizmente somos trabalhadores competentes e conseguimos fazer obra, conseguimos pôr esta Câmara a fazer obra, conseguimos que esta Câmara tivesse arrumado bem um falhanço que são as obras financiadas pelo Quadro Comunitário anterior. Falhámos numa porque foi impossível, que é o Cais dos Pescadores de S. Jacinto.

Estamos hoje com quarenta milhões de euros contratados, assinados do Portugal2020, para fazermos muitas obras.

E fique V. Exa a saber que dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, para gastarmos, obviamente sempre bem, mas o mais possível. Para quê? Para que na reprogramação de dois mil e dezoito, quando formo a jogo da entrada dos mil e cem milhões de euros que estão na reserva de eficiência do Portugal2020, da reafecção de algumas verbas que seguramente virão para aumentar as dotações da Educação, da Saúde, da Cultura, da Acção Social e da Reabilitação Urbana, quem vai pôr a mão a essas verbas adicionais que vamos ter é quem tiver execução. Portanto, Senhor Dr. é preciso dar à perna.

O Governo, o Senhor Primeiro-ministro, veio aqui apresentar o acelerador do investimento do Portugal2020. Foi em Aveiro. Tivemos muito gosto em receber o Governo e o Senhor Primeiro-ministro. O que é que diz o acelerador? Sras. Câmaras PEDU e PARU (nós somos PEDU) se apresentarem um projeto que até ao fim do ano de dois mil e dezasseis tenha uma execução de quinze por cento o vosso fundo contratado é aumentado em dez por cento. O que quer isto dizer? Quer dizer que aos dez milhões contratados somaremos mais um milhão que nos vai permitir fazer mais uma obra ou mais umas obras no valor quase de um vírgula dois milhões. Já posso anunciar que vamos conseguir esse feito. Porquê? Porque as obras estão a decorrer.

Também temos sorte Senhor Dr. Se tivéssemos conseguido que as obras começassem em Fevereiro tinham começado em Fevereiro. Se pudesse ter sido possível começar em Dezembro era só em Dezembro que começavam. Mas também tivemos sorte porque a produtividade neste tipo de obras é muito mais alta, muito mesmo, com o tempo seco do que quando chove. Também se fazem quando chove, mas com um uso de tempo muito maior. Para a semana há uma previsão que vai chover durante dois dias e vamos entrar na fase das pinturas da sinalética na Rotunda do Botafogo. Se apanharmos os dias da chuva vamos ter que esperar porque não se pode pintar estradas quando chove, termos que esperar que volte a secar o tempo para fazermos essa obra. Nota final sobre a Rotunda do Botafogo. Portanto, fique com a sua demagogia que nós ficamos com o nosso trabalho em prol do nosso Município e da nossa gente.

Os incêndios carecem de uma atitude séria, construtiva, de análise objetiva que estamos a fazer. Ainda ontem mesmo tive uma reunião de trabalho com o novo presidente do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Dr. Rogério Rodrigues. Estamos a trabalhar com o ICNF; estamos a trabalhar com o Governo na ANMP; com um parecer que está a ser ultimado, que vai ser tornado público para a semana, da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro; com a Associação Florestal do Baixo Vouga que é uma associação de produtores florestais, uma das melhores e das maiores do país. E estamos a trabalhar seriamente, Rita. Se quiser mudar de atitude poder-se-á juntar a nós. Em dois mil e quinze, da área ardida total em Portugal treze por cento tinha eucalipto, quarenta e nove por cento tinha mato. Os números, até final de Agosto, os primeiros números dizem que a área ardida deste ano com eucalipto é trinta por cento do total e de matos é cinquenta por cento do total.

O presidente da Associação Florestal do Baixo Vouga, é um homem aveirense e está aí ao dispor de todos, vá lá falar com ele, teve uma área ardida muito grande. A sua área principal é em Sever do Vouga e na serra de Águeda, não vou dizer os números mas é um proprietário grande e um grande produtor de mel, um dos maiores produtores de mel da nossa região. Na área das suas colmeias nos seus eucaliptais, com gestão, não houve um único incêndio e não houve uma única colmeia afetada. A área de pinheiro, sem gestão, ardeu toda e toda a estrutura de colmeias desapareceu. O que é que faz a diferença, Rita Batista? A gestão. Não é o eucalipto e o infernizar do eucalipto. E dizer claramente que nós defendemos a indústria da pasta de papel. Nós defendemos a indústria do papel, nós defendemos os dois grandes grupos económicos portugueses a de Navigator Company e a Altri, como grandes players portugueses, pela responsabilidade dos três mil postos de trabalho e pela responsabilidade de ajudarem, de forma relevante, trezentos mil cidadãos proprietários e produtores florestais que o país tem e que têm no rendimento do seu terreno florestal, com centro no eucalipto, uma fonte fundamental de riqueza. Esta paranóia anti-eucalipto é absurda, ridícula, e apenas está ela a defender os interesses de outros países que produzem eucalipto sem condições de natureza ambiental, sem certificação ambiental, e que a nossa Altri e a nossa Navigator Company importam, chegando a matéria-prima às suas fábricas ao dobro do preço daquela que é produzida

nas nossas serras. É preciso é pôr ordem na plantação. É preciso é licenciar. É preciso é que haja corta-fogos com qualidade. É preciso é que haja polícia e fiscalização com qualidade. Isso é que é preciso. E é preciso é coragem para cumprir a lei como a Câmara de Aveiro faz cumprir a lei aos cidadãos que têm matagais em cima das casas, que têm eucaliptos em sítios onde não podem estar, e há muita gente que faz isto. Eu nunca fui a favor da liberalização do eucalipto, Rita, isso não existe, nem na minha cabeça, nem na lei. A lei que ainda está em vigor tem limites, tem regras. Não sei se já lei o Decreto-Lei que está em discussão pública diz uma coisa: não é permitida a plantação de eucalipto em Portugal. Ponto um da cláusula três a do Decreto-Lei que está em audição pública. Mas no ponto dois diz: exceptuam-se do ponto anterior as situações seguintes a, b e c. Três exceções. Portanto, Rita Batista, independentemente do seu sorrisinho cínico a fazer de conta que eu estou a dizer uma asneira, é muito importante que o Bloco de Esquerda assuma o seu papel na defesa dos trabalhadores, dos pequenos cidadãos que têm pequenas propriedades e que dali tiram uma fonte de rendimento importante, e não se ponha a defender forças estrangeiras produtoras de eucalipto que somos obrigados a importar e, aí sim, o Bloco, que não é naif, tem aí outro tipo de interesses que são muito pouco confessáveis, mas que existem objectivamente.

E quanto às portagens, sinceramente, deixemos de conversa sobre o passado. O presente é que é penoso. A redução de quinze por cento que o Governo decretou é que é ridícula nos sítios onde não a pôs e nos sítios onde a pôs, porque reduzir quinze por cento nas portagens é ridículo e não serve para nada, muito menos para ajudar a desenvolver o interior. É ridículo.

A Câmara de Aveiro anunciou hoje o que será público com a apresentação do documento total nos próximos dias. Solicitámos formalmente ao Governo que a Nação tem, eu já não posso falar com o Governo anterior, o Governo anterior não me pode ajudar a fazer nada, tenho que trabalhar com o Governo que o país tem, oficiámos e reunimos com responsáveis para que isentassem de portagens, durante um ano, de maio de dois mil e dezasseis a maio de dois mil e dezassete, todos os automobilistas que fizessem o circuito de curta distância entre o nó da A17 em Mamodeiro e o nó de Angeja, por motivo das obras que iam começar na EN109. A primeira está agora a acabar na Rotunda do Botafogo, a segunda vai agora começar com a Variante de Cacia, a terceira que começará daqui a três meses com a Rotunda da Junqueira/Renault e depois a quarta, a quinta e a sexta; são sete obras. Depois das reuniões da compreensão, de tudo ter corrido muito bem na boa-vontade, chega o ofício a dizer não. E um não absurdo. O não diz: «Senhor Presidente não é possível deferir a solicitação da Câmara porque isso custaria uma perda de receita de vários milhões de euros». Fizemos uma pergunta sobre a receita do ano passado: apenas de quem circulou dentro deste circuito, quanto é que pagou de portagens? Eles têm esses números mas não nos deram os números. E sabem porquê? Porque esse valor é ridículo, não chega seguramente a um milhão, nem a meio, nem a nada que se pareça. Mas não nos deram o número, deram-nos uma nega num pedido óbvio, importante para as nossas obras, importante para a segurança de quem circula, importante para a fluidez da EN109. Não quero saber do Governo anterior porque já não existe. Para governar o nosso Município tenho que trabalhar com o Governo que o país tem, com todo o gosto, com toda a lealdade.

Um minuto apenas, Senhor Presidente, para dizer que em relação aos rombos do Rio Vouga que a conta do Presidente Casimiro Calafate está errada. O tal primeiro Coimbra, segundo Leiria e terceiro Aveiro, este ano de dois mil e dezasseis, foi zero em Coimbra, zero em Leiria e zero em Aveiro. E falem, especialmente os colegas do Partido Socialista com o meu colega estimado e amigo Manuel Machado e vejam o que é que ele está a sofrer com a obra de Coimbra que foi colocada em primeiro lugar. Falem com ele

para saberem o que é que ele está a passar com o Governo, com gente que não sabe governar, com gente que não sabe o que é um problema tão grave como aquele que ele tem e com gente que vem ao Baixo Vouga tirar fotografias para aparecer no jornal quando tem responsabilidade parlamentares de suporte ao Governo para resolverem o problema. Porque os tais projetos que o Presidente Casimiro Calafate referenciou já deviam estar mais que terminados, não para haver obras este anos porque essa hipótese já acabou há muito tempo, porque temos que fazer concursos públicos, mas para termos obras para o ano. Se não nos despacharmos não vamos conseguir ter obras no verão do próximo ano. Já estou a falar de obras no verão do próximo ano porque este já passou.”

PONTO 1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE AVEIRO;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 19/08/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰²⁸ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁹

“Uma nota sobre esta importante matéria. A ARU é uma aposta que tira proveito da lei que o país tem, mas tira proveito, essencialmente, das novas oportunidades criadas pelo Portugal2020. A aposta na reabilitação urbana, agora mais chamado por desenvolvimento urbano, é uma aposta de grande importância e de prioridade no quadro dos financiamentos do Portugal2020. Nós somos um dos oitenta municípios PEDU que o país tem e temos que nos colocar o melhor possível para aproveitarmos esta oportunidade. No entanto, a nossa Câmara tem um problema diferente da maior parte das câmaras PEDU. É o facto de sermos uma câmara FAM, de termos uma situação de recuperação financeira em desenvolvimento e termos algumas restrições nesta matéria. Por isso procurámos tomar um conjunto de medidas para que pudéssemos ancorar, consolidar bem, a nossa ARU ao nosso PEDUCA, dado que um dos grandes benefícios que procuramos propiciar aos proprietários e aos investidores da nossa cidade é acederem a benefícios fiscais dados pelo Município e benefícios fiscais dados pelo Estado, além de poderem vir a aceder a uma coisa que nunca mais nasce, seguramente não nasce este ano, vamos ver se nascerá no próximo, que é o IFRU, o instrumento de financiamento de operações de reabilitação urbana, de entidades públicas ou privadas, mas principalmente vocacionado para as entidades privadas. A construção de tudo isto é fundamental para que nós possamos tirar proveito na relação entre o investimento público e o investimento privado.

Nas definições da área há duas notas que tivemos que cuidar de forma particular. Uma nota, gerir as três condicionantes do processo de definição do que é uma ARU. E as três notas são: a ARU tem que integrar dentro de si zonas industriais degradadas e/ou em degradação; frentes ribeirinhas e centros históricos. Estas são as três componentes que os regulamentos dos Fundos Comunitários determinaram para se fazerem as definições da ARU. Segunda nota, uma relação íntima entre aquilo que é o histórico de intervenções de reabilitação urbana, as perspectivas de intervenções de reabilitações urbanas dentro do Quadro Portugal2020 e os investimentos públicos. Um exemplo: no nosso PEDUCA, duas das áreas que estão referenciadas para terem obras de

reabilitação em espaço público são a Av. Dr. Lourenço Peixinho e o Rossio. Mas estas duas áreas só podem ser elegíveis ao uso do financiamento a fundo perdido se tiverem existido nos últimos cinco anos ou vierem a existir nos próximos cinco intervenções de reabilitação urbana. No caso temos, pelo menos, uma no Rossio, uma na Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Portanto, quando nós definimos essas duas áreas sabíamos que já estávamos a cumprir esse importante preceito, essa importante condição. Nestes dois grupos de questões cuidámos da nossa operação.

Qual é a área que definimos na nossa ARU? É basicamente a cidade, aquilo que é o entendimento tradicional da cidade e que é da EN109 para poente-norte, e chegando ao centro de Esgueira e por dentro de Aradas até à última de quatro operações industriais, uma em vigor e que esperamos que se aguarde, e duas em degradação, já muito velhas, e uma terceira agora em abandono e que são o antigo Matadouro, a Extrusal, a Pinheira e a Capôa. Conseguimos justificar essa inclusão com base nestas três, a Extrusal aqui não conta, realidades que aqui temos. Mas entendemos, lutámos muito por isto, que a definição de centro histórico tinha que ter uma opção lata e não uma opção estrita. A lei propicia entendimentos sempre flexíveis e nós podíamos ter escolhido várias coisas. Por exemplo cingir-mo-nos à antiga cidade amuralhada, somarmos à cidade amuralhada o Bairro da Beira Mar, pegarmos nas zonas objectivamente mais antigas em termos urbanos e fixarmo-nos aí. Entendemos que isso era um desperdício da oportunidade de ter uma ARU. Especialmente da oportunidade que é facultada aos proprietários e aos investidores da nossa cidade. Defendemos, por exemplo que a nossa Universidade é centro histórico. Centro histórico não deve ser uma parcela do território que tem muitos anos e uma cultura identitária especial. Centro histórico pode ser um Campus Universitário com quarenta e três anos e que tem uma história para contar, tem importantes elementos de arquitetura, entre outros, está tocando áreas de frente ribeirinha do nosso território. Portanto, também decidimos incluir o Campus Universitário da Universidade de Aveiro, obviamente todo o trabalho feito em absoluta sintonia com a Reitoria da nossa universidade.

Deste conjunto de notas, notas gerias sem pormenorizar, surge o desenho da ARU e que a Câmara Municipal aprovou e que trazemos à Assembleia Municipal e que foi validado na negociação do PEDUCA com a entidade financiadora que é a Autoridade de Gestão do Centro2020, o nosso programa regional que financia estas operações e que é cogestor do tal IFRU que esperamos que surja o mais rapidamente possível. Esta é a história sumária desta nossa operação. Perguntarão, e bem, e o texto refere-o de forma explícita: nós somos um Município FAM e quando o nosso PAM estiver visado vão-nos deixar manter estas isenções e os benefícios fiscais? É nossa convicção que sim e quando isso acontecer vamos ter que fazer formalmente essa pergunta ao FAM. Já a fizemos informalmente, como é lógico. Neste caso, é mesmo fácil provar, ao contrário do que foi quando da aprovação do IMI Familiar, que há objetivos ganhos sócio-económicos, que é a expressão que está no artigo da Lei FAM sobre esta matéria, para podermos ter a autorização do Fundo para termos estas isenções e esses benefícios fiscais. Dou só o exemplo do IMI. Os imóveis que forem alvo de operações de reabilitação urbana terão uma isenção/redução de IMI durante cinco anos. No primeiro ano de forma gradual, gradual inversa; no primeiro ano da realização da operação cem por cento de isenção e depois passamos à redução de oitenta por cento no segundo ano, sessenta por cento no terceiro, quarenta por cento no quarto ano, vinte por cento no quinto ano e volta ao pagamento normal no sexto ano. As transações são isentas de IMT, portanto, o comprador, que é quem paga o IMT, fica isento quando a operação de integrar em reabilitação urbana. Portanto, entendemos que é uma excelente oportunidade, que está bem amarrada nestas condicionantes que nós temos para gerir e, por isso, esta

amarração ao PEDUCA e o enquadramento sólido à realidade de município FAM que nós somos.

É condição necessária a aprovação da Assembleia Municipal para que a seguir façamos a publicação em Diário da República para que ela entre legalmente em vigor e possamos começar a o seu tratamento e a sua promoção.

Para o tratamento e promoção queremos ser autoridade urbana. A lei define que alguém tem que ser autoridade urbana para gerir tudo isto; podem ser os municípios, os municípios delegarem na CIM ou os municípios delegarem na autoridade de gestão do PO. A nossa CIM, está decidido entre todos os onze municípios, não quer assumir essa condição, nem os quatro municípios PEDU querem e Aveiro não quer que seja a CCDR com sede em Coimbra a gerir a nossa ARU e o nosso PEDUCA, queremos ser nós. Já manifestámos formalmente o nosso interesse em sermos autoridade urbana. Isso quer dizer que vamos ter uma equipa técnica especializada a tempo inteiro a fazer o trabalho de interação com os proprietários, com os investidores, o apoio ao desenvolvimento dos projetos e depois, obviamente, toda a tramitação e toda a gestão processual. Entendemos que esta é uma proposta muito interessante para aproveitarmos bem esta oportunidade que está na nossa mão e que tem esta relação muito íntima com outra oportunidade que já contratámos e que baptizámos de PEDUCA. Estou ao dispor para as questões que entendam por bem.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[030](#)

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Senhores deputados, Senhores Vereadores e demais presentes.

Senhor Presidente de Câmara, em relação ao ARU e ao ponto que está aqui em discussão, dizer sumariamente o seguinte: É óbvio que isto está ligado confessadamente ao PEDUCA. Este ARU do ponto de vista de apresentação formal do ponto do documento, ele parece-nos bastante claro ao contrário de outros que têm vindo. Este é um documento que está bem apresentado sob esse ponto de vista, nomeadamente do enquadramento de delimitação da zona afetada.

Contudo, Senhor Presidente de Câmara, há duas ou três questões que não deixamos de colocar.

A primeira prende-se com aquilo que são as limitações legislativas com aquilo que poderá ser alvo de reabilitação urbana e quais os investimentos do PEDUCA. E aí poderá haver divergência com aquilo que poderá ser obra prioritária do município e outra preocupação, esta já com enfim outro peso para o imediato, prende-se com aquilo que é a situação dos benefícios fiscais — entendendo a seguinte situação que naturalmente a Reabilitação carece de incentivos. Isso parece-nos óbvio. Mas há uma preocupação de fundo que o PCP mantém, que é a necessidade de evitar um concelho, um município dual. Ou seja, um município que desde a N109 para cá exista uma realidade fiscal e obra de melhoria e um município que para lá tenha outra realidade.

O nosso entendimento é que de facto o município deve ter um crescimento harmonioso, equilibrado, e em que estas situações não se coloquem.

Portanto é necessário perceber qual é a perspectiva do executivo municipal e do Senhor Presidente de Câmara em relação a isto. É uma preocupação que nós temos.

A Reabilitação Urbana é uma necessidade que seja feita, que seja feita com qualidade, que seja rápida dentro do possível, mas o resto do município não pode ser menosprezado, tratado em segundo plano, até deste ponto de vista fiscal. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[031](#)

“Senhor Presidente, reabilitação urbana tem sido desde à muito uma das prioridades do Bloco. Consideramos que é essencial para garantir o direito à habitação, criar emprego, proceder à recuperação energética, habitar os centros urbanos crescentemente vazios, e dotar as habitações de melhor habitabilidade.

Para o Bloco faz sentido que a reabilitação tenha benefícios fiscais. De igual modo que a incúria em relação ao edificado e o edificado parado, devem ter majoração nos impostos. Faz sentido para que a reabilitação urbana seja uma prioridade, mas também porque até do ponto de vista financeiro compensa para o erário público.

Construir nova habitação significa locar recursos e fundos públicos na construção de acessibilidades, abastecimento de água e saneamento, etc. Enquanto que reabilitar significa que as infraestruturas já construídas (estradas, água, saneamento, eletricidade, são melhor aproveitadas.

O centro urbano está bastante desabitado, como diz o documento: "Os 2278 alojamentos de uso sazonal ou secundário, em conjunto com 1801 alojamentos vagos, perfazem um total de cerca de 33% de fogos que em grande parte do ano estão desocupados"

O plano da CMA apresenta algumas falhas no sentido em que nem toda a área urbana está dentro da área considerada para reabilitação. Áreas em freguesias não urbanas que também necessitem de reabilitação também não estão nesta área delimitada. isto pode ser pontualmente resolvido por decisões da CMA, mas não é a melhor solução, no nosso entender

Faltam também algumas questões chave no plano: rácio/construção nova/reabilitação. Um plano para a reabilitação urbana devia conter medidas sérias que colocassem a reabilitação como prioridade. uma das que falta nesta plano é a definição de um rácio de construção nova/reabilitação, isto é, definir só pode existir x habitações novas se foram reabilitadas y habitações. Ou melhor, enquanto não houver uma percentagem de reabilitação urbana não pode ser autorizada nova construção.

Um Plano de Reabilitação deveria ainda conter medidas coercivas para a CMA aplicar em caso de um prédio degradado que ameaça a segurança pública, nomeadamente a posse administrativa. Em relação ao que o Senhor Presidente aqui disse, em relação aos constrangimentos do PAM, mais uma vez vem dar razão à posição do Bloco que diz que o PAM é contra a democracia. O PAM ainda não foi aprovado e não sabemos que constrangimentos é que isso trará para este plano de reabilitação.

Continuamos a insistir que não só representa uma diminuição da qualidade de vida das pessoas com um aumento de imposto, vem mostrar como a democracia e a autonomia municipal ficam sequestrados.

Outros pontos importantes. Nos documentos existem 5 objetivos estratégicos mas nenhum deles é o direito à habitação. Contrapartida social. Atendendo aos benefícios fiscais, as ações de reabilitação deveriam ter contrapartidas sociais. Além da ação primária de reabilitação existir a constituição de um fundo de arrendamento a custos controlados.

No caso da taxa própria de IRS para efeitos de rendimentos provenientes de arrendamento, também deveria haver contrapartidas no que ao arrendamento diz respeito, nomeadamente arrendamento a custos controlados.

No capítulo dos benefícios Fiscais em vigor com relevância no âmbito das políticas de reabilitação urbana devia haver mais esta condição para obter benefícios fiscais, que é a questão de serem prédios que estão a ser reabilitados para primeira habitação de uso permanente.

Em relação aos prédios urbanos majoração em 10% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não

cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens consideramos que a majoração deveria ser de 30% (o máximo permitido na lei). Se são colocados benefícios fiscais e fundos para a reabilitação os prédios devolutos devem ver o seu imposto ativamente agravado. Porque se deixamos degradar e permitimos que estejam vazios estamos a contribuir para que depois tenha de haver novo plano de reabilitação e o benefício deve ser proporcional ao imposto para quem tem isso como objetivo.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³²

“A Câmara há um ano apresentou um projeto de definição de área de recuperação urbana. Depois retraiu-se e retirou-o. E passado um ano veio trazer o mesmo projeto! Ficamos perplexos porque é que isso aconteceu e gostaríamos de uma explicação do Senhor Presidente.

Mas também não percebemos muito bem que sendo possível criar várias áreas de recuperação urbana porquê só uma? Parece-nos que seria útil dar prioridade a determinadas áreas, fazer várias delimitações e estabelecer as várias prioridades em conexão com o plano de desenvolvimento da cidade. Que também a lei manda fazer. E esta delimitação de áreas não explica onde está essa conexão. Que diga qual é a política que a Câmara pretende desenvolver, não explica como é que pretende desenvolver a urbanização da cidade e a recuperação da cidade, articulando-a com a delimitação da área que fez. Porque é que essa articulação não existe?

Pensamos ainda que está imanente a tudo isso, penso que não existiu discussão pública a esta delimitação de área. E que é obrigatória. O Decreto 337/209, artigo 14, fala em que a delimitação das áreas, portanto este projeto que estamos aqui a discutir para votar, deveria ser precedido de discussão pública — e não creio que tenha sido!? Portanto a minha pergunta era se o Senhor Presidente tem esse entendimento ou não.

E por agora são estas dúvidas que me cumpre apresentar. Para salientar que realmente consideramos que esta delimitação é útil. É útil que se avance com a recuperação urbana da cidade porque o património está degradado e penso que este trabalho só peca por muito tardio. Porque já há um ano se falou disso e depois estivemos em letargia este ano todo para apresentar o mesmo tipo de proposta, não se percebe muito bem porquê. Portanto gostaríamos que desse estes esclarecimentos para já.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰³³

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³⁴

Vogal Anselmo Castro (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata ⁰³⁵

“Antes de começar não posso deixar de fazer um muito breve comentário à última frase do deputado Paulo Marques. Disse “reganhem o gosto de viver em Aveiro”. Reganhem significa dizer que já houve gosto de viver em Aveiro, que se perdeu, e que se vai ganhar outra vez. Achei curioso e queria realça-lo.

Quanto à ARU como explicou o Senhor Presidente da Câmara, a oportunidade disso é inegável. E nós temos que ter uma ARU porque é um instrumento importante e só é louvável que exista.

Agora há objeções e alguns problemas ao que aqui está apresentado. Disse de princípio que há três coisas fundamentais: a delimitação, os objetivos e os meios.

Os meios ficam para outra altura. Os objetivos são mais ou menos limitados, e fica então a delimitação. Eu sei que em altura de recursos escassos não se pode ir a tudo e tem de se definir, é melhor se calhar ser mais limitado no âmbito geográfico e fazer melhor do

que tentar ir a todas. Mas já agora também dizer que é positivo a ideia alargada de centro histórico.

É evidente que muitas coisas que aqui estão é um bocado forçado chamar centro histórico, mas eu acho que foi uma boa ideia porque os sítios que não são realmente centro histórico são sítios que se justifica a intervenção de uma ARU e, portanto, acho positivo.

Mas assim sendo, e sabendo que as áreas de habitação de uma ARU podem não ser continuas porque a legislação o permite, podem ser várias áreas, seria bom discutir por que não certas áreas que estão para lá da N109, porque muitos dos problemas estão nessa N109, porque se falou em muitas casas que estão degradadas e que estão a ser reabilitadas apenas nas zonas melhores, mas nos assentamentos que existem ao longo das vias de toda a zona rural ou peri-rural, como queiram chamar, para lá da N109, existem talvez os mais graves problemas de abandono e de ruína urbana como toda a gente que por lá passa sabe. E isto é um problema muito grave.

Eu admito que a ARU não seja sitio para isso, mas gostaria que lá estivesse um comentário a explicar porque é que não é o sítio para isso.

Também se fala e é louvável que no centro histórico lá esteja o Bairro Social de Santiago. Mas pelas mesmas razões porque é que não está o Caião e não está o Griné?

Era bom que estivesse, era bom que não estivesse, mas era bom que fosse justificado.

Passando agora da delimitação que como todas as delimitações é subjetivo, aqui se calhar o tempo a necessidade de fazer depressa podem levar a deixar objetivos. Mas é tempo de discutir aqui os princípios e algumas coisas.

Eu acho que muitos dos objetivos estão incompletos e relevam de informação e de diagnósticos que são na minha opinião limitados.

Por exemplo, fala-se do diagnóstico da estrutura etária e diz-se que a população das zonas a reabilitar do centro da cidade são as mais envelhecidas. É verdade. Mas nós não vamos reabilitar para a população que existe hoje. Nós vamos reabilitar para a população que vai ser daqui a 10 anos ou 15. Qual é a percentagem de idosos que vai haver nessa altura?

Eu tenho uma ideia. Quem fez isto tem? Eu não sei se tem. Aveiro, posso adiantar isto, Aveiro irá ser dos poucos municípios que irá ter o privilégio de possibilidade de crescimento de população no futuro, embora moderado, para um decréscimo generalizado, mas esse crescimento significa decréscimo de todas as pessoas abaixo de 40 anos e crescimento dos outros. E esse problema poderá ou virá a ser mais grave no centro. A não ser que sejam injetadas populações, migração nacionais, internacionais, o que for, para a zona do centro para reabilitar em termos etários esse centro.

Era bom e é importante, estamos a tempo, que se faça isso. Mas que se pense primeiro que como se adapta uma cidade com muito mais idade. Segundo, como é que se atraem pessoas para que se reequilibre um pouco a estrutura etária do centro da cidade.

Não é com estatísticas do que se faz hoje que se faz isso. Porque a reabilitação urbana não é para hoje, é para daqui a dez anos. E portanto eu acho que era importante ter isso.

Depois, como é que se liga a estrutura financeira. O hábito do planeamento em Portugal, não é de Aveiro, é muito antigo, é o planeamento físico. São coisas que se estuda tradicionalmente e as outras coisas não. Eu sei isso porque como ensinei o outro planeamento eu era sempre posto de lado porque o importante era as praças, ruas, pracetas e não sei quantos. Eu sou vítima desse tipo de coisas e sei bem do que estou a falar. Mas é preciso mudar isto. As pressões que vem de todos os lados e da Europa são nesse sentido, de que o planeamento é muito mais do que o planeamento. E é preciso ligar este planeamento com a reabilitação das casas, das praças, das ruas etc, às funções que se querem ter.

E é muito importante discutir que funções se quer ter e como é que vão ser as funções numa cidade daqui a 10 ou 20 anos. Mais uma vez não é para hoje. E fala-se e existe um Plano à escala da região para os transportes e da mobilidade, mas como é que vamos pensar nisto no centro da cidade. Como é que vamos adaptar os centros das cidades para novas formas de transportes, para outros moldes de transportes, etc. Porque isso tem quase de certeza implicações no desenho físico da cidade. A capacidade de ter esses novos moldes de transportes com o desenho físico A,B, ou C, não é a mesma. E portanto não se pode definir que o desenho físico A,B, ou C é o melhor depois de ter definido que tipo de transportes é o melhor e que tipo de mobilidade é que queremos.

E já agora, um pequeno detalhe, chama-se coesão quando estamos a falar de conectividade. É que no título dos objetivos que lá está “coesão” que lá está tudo escrito é conectividade. Conectividade é uma coisa muito importante, mas a coesão é outra coisa. E portanto na conectividade só se fala de coesão.

A iniciativa é oportuna. É evidente que devemos ter uma ARU mesmo que não seja área melhor ou pior é preciso ter uma delimitação, vamos para a frente com isso, mas há muitos detalhe e muitas coisas que se podem fazer de que seja um Plano com uns desenhos de umas praça e umas pracetas, Um Plano que seja capaz de se adaptar aos desígnios estratégicos do município. E é bom que se venha a fazer isso.

Para já fica-se na parte da iniciativa geral o apoio, mas o resto é dúvida. É dúvida porque há muitas coisas que deviam estar e não estão.”

Vogal Ângela Almeida (PS)⁰³⁶

Vogal David Paiva Martins (PPD/PSD)⁰³⁷

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁹

“Ao PSD depois destas intervenções todas apraz-nos dizer que o ARU é uma oportunidade de reabilitação de investimento que vai criar postos de trabalho, de riqueza e de modernidade e penso que bem aproveitado vai dar uma nova cara e uma nova vida a Aveiro nalgumas zonas que estão degradadas.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

“Pelo menos o Filipe Guerra e a Rita Batista colocaram uma questão que é importante mas que importa clarificar. O Filipe Guerra até chamou “município dual” e é verdade. Há, de facto, com esta operação um tratamento diferenciado entre esta parcela do território e outras parcelas do território. É verdade. Mas são as regras do jogo. No actual quadro dos fundos comunitários todas as operações de reabilitação urbana, sejam em área pública ou enquadradas em fundos comunitários, têm que estar nas sedes dos municípios. É uma regra; podemos concordar muito, concordar pouco, mas temos que a compreender na medida em que um país como o nosso tem tantas coisas para fazer nas sedes dos municípios que se entendeu dar prioridade e colocar essa condição nessa oportunidade que são os Fundos Comunitários e que alimentam as duas coisas. Os Fundos Comunitários alimentam o fundo perdido que financia a obra pública e financiam também o instrumento financeiro que vai financiar, embora em financiamento reembolsável, a obra privada. Uma fatia do bolo de cada um dos PO's Regionais do país que foi capitalizada para financiar o IFRU. Ao lado dessa fatia que é quase quinhentos milhões de euros é colocada uma fatia mais ou menos idêntica do Banco Europeu de Investimentos e agora, embora já tenha passado tanto tempo desde este meu agora, vai ser lançado o concurso internacional para a terceira tranche do Fundo e para a

operação de gestão do Fundo. A entidade bancária que ganhar esse concurso colocará no Fundo um valor mais ou menos parecido a este. Aí há a tal dotação de cerca de mil e quinhentos milhões de euros. A construção também é feita com dinheiro nosso. Nós, na nossa candidatura ao PEDU, tivemos que dizer se contribuíamos ou não para o Fundo, o IFRU. Tivemos que dizer que sim, obviamente, porquê? Porque se dissermos que sim podemos ser município ARU, se disséssemos que não, não poderia haver ARU's no Município de Aveiro. É outra condição. O Município tem que pegar numa fatia do seu bolo PEDU e entregá-la à autoridade de gestão que por sua vez a entregou ao IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que é a entidade gestora do Fundo, o IFRU. Nós também tirámos uma fatia do nosso bolo para contribuir. Para quê? Para que os nossos proprietários e investidores possa aceder aos incentivos de uma ARU. Só para dar mais uma nota dessa intimidade.

Eu acho apenas que a Rita Batista, tem uma contradição a este nível e que é, muito bem, então e o outros? Um dos argumentos que nos levou, no ano passado, a decidir colocar o IMI nos dez por cento, este ano ainda nem sequer abrimos o debate internamente mas, no mínimo ponderaremos os mesmos fatores, foi de procurar encontrar um equilíbrio entre estes dois sinais. Um, o sinal de agravamento a quem não faz mas não agravar até ao limite dos trinta por cento para que essa sanção não perturbasse aquilo que nós queremos que é mobilizar as pessoas de forma positiva para fazerem reabilitação aproveitando os benefícios fiscais. Dois, como esse factor é aplicado à escala total do Município se nós puséssemos trinta por cento territórios, há dois que nos preocupam particularmente, que é o centro histórico de Eixo e o de Requeixo, que não têm ARU iriam ser penalizados com mais trinta por cento. Portanto, entendemos que no equilíbrio dos factores o que era correta era, o zero não porque tínhamos que dar um sinal de que quem não faz tinha que ter um agravamento, é uma forma de pressionar e de sancionar também, mas não irmos aos trinta por causa do sinal contraditório. Por causa daqueles territórios que para nós são os dois principais exemplos que não tendo ARU iriam levar um agravamento máximo que o IMI propicia. Portanto, Rita Batista, foi este o nosso entendimento nesta opção que tomámos de enquadramento destes factores.

É bom também dizer que nos estatutos dos benefícios fiscais, que é assim que se chama a Lei que enquadra estas matérias, há algumas componentes de benefícios fiscais que os proprietários, os investidores, podem aceder mesmo não sendo a sua propriedade ou o seu investimento integrados em ARU. Vamos também no processo de promoção e comunicação da ARU tratar dessa componente. Há proprietários de Eixo, de Requeixo ou de outros sítios que podem hoje fazer o seu projeto de reabilitação e que o podem tramitar, no caso junto das finanças, para acederem a mecanismos de apoio, nomeadamente em sede de um imposto muito pesado para quem faz investimentos de reabilitação que é o IVA, passando da escala máxima de vinte e três por cento para a taxa mínima de seis por cento. Há muitos cidadãos que sabem disto? Temos a impressão que não. Por isso, o nosso trabalho de autoridade urbana e da gestão da ARU e do PEDUCA irá tratar todo o Município para que nesta ambiência de pressão positiva para que haja reabilitação urbana nós possamos mobilizar outros proprietários e outros investidores em áreas que agora não podem ser ARU por força dessa limitação.

Na volta que fizemos às Freguesias durante o mês de Julho, especialmente nas freguesias como Aradas, S. Bernardo e Sta. Joana, temos chamado a atenção para o seguinte: é preciso termos a noção clara que já hoje há áreas das freguesias de Aradas, S. Bernardo e Sta. Joana que são tão cidade como as da cidade centro ou as que fomos buscar ao centro de Esgueira. Apesar de alguns nos acusarem de termos uma área muito grande, o Prof. Anselmo Castro não fez exatamente uma acusação mas chamou a atenção para o facto de ela poder ser menor, o Movimento Independente Juntos por Aveiro, a Sra.

Vereadora, votou contra porque acha que ela é grande demais, embora aí haja uma contradição política do MIJPA que quer tanto que a gente baixe impostos e nós aqui estamos a disponibilizar um meio que pode baixar a quem investir e o sinal foi ao contrário, mas enfim, é a vida, a questão é nos termos a noção de que num próximo quadro de fundos comunitários a reabilitação vai continuar a ser prioritária. Nós já estamos, no Comité das Regiões, a discutir, a fazer textos e debates sobre o próximo quadro comunitário de apoio. Nos primeiros documentos, que podem aceder porque são públicos, está lá claro. Nós temos que olhar para estas áreas que hoje já são cidade, independentemente de serem outra freguesia, a lógica não é das freguesias, é da vivência urbana de um povoado, e teremos que estar atentos e trabalharmos para que essas áreas para lá da EN109, digamos assim, que já hoje têm, marcadamente, vivência urbana, nos preparemos para as integrar em operações desta natureza.

Querida também chamar a atenção da Rita Batista para uma circunstância. Nisto, não podemos olhar para estas matérias de forma parcelar. ARU, PEDUCA, revisão do PDM e ORU, têm que ser usadas, têm que ser olhadas, têm que ser trabalhadas, como peças do mesmo puzzle. Por que o são mesmo. Nós, hoje, temos todo o trabalho sobre demografia, a especulação sobre a evolução demográfica, está feita na revisão do PDM; nos documentos de caracterização está lá essa peça. Eu, por exemplo, quis enriquecer-me com o livro que o Prof. Anselmo Castro fez sobre evolução demográfica, porque o entendi como uma peça útil para a minha formação como gestor, e indiquei-o a outros colegas que trabalham na Câmara nestas matérias em termos técnicos porque acho que é um instrumento interessante em termos de abordagem a essa problemática tão problemática quanto é a evolução demográfica. Julgo que o trabalho que está escrito nesses documentos é um bom trabalho. Está lá a verdade toda? Não. Nem o livro do Prof. Anselmo Castro tem lá a verdade toda, como é evidente. Isto são exercícios que procuram ser sérios, que procuram prever o melhor possível, para que aquilo que vamos fazendo no investimento público e privado possa responder o melhor possível às novas realidades que a evolução demográfica nos vai propiciando.

Rita Batista sei que não gosta do PAM, muito bem, eu compreendo os seus azedumes, mas relembro que está na fase crítica a negociação, dentro da maioria que governa o país, do Orçamento do Estado para dois mil e dezassete. Nas próximas semanas os três partidos que governam o país vão intensificar o trabalho para definirem a proposta de lei. Aliás, todos nós estamos atentos ao exercício político que temos ouvido nas últimas semanas dos três líderes a falarem desta matéria, com mais ameaça, com menos arrependimento, com mais trica ou menos trica, mas com uma abordagem objetiva e importante sobre uma matéria que é objetiva e importante. Peço-lhe que solicite à Catarina Martins que, no trabalho que já está a fazer de negociação da proposta de lei do Orçamento do Estado para dois mil e dezassete, acabe com o FAM e com os PAM's e arranje uma solução em sede do Orçamento do Estado mais simples, mais ágil, mais favorável, à nossa Câmara e às outras câmaras para resolvermos o nosso problema financeiro. É um pedido que lhe deixo, de forma clara e séria, sabendo que o líder do meu partido já assumiu, por lógicas de gestão política que eu compreendo, que o PSD não está no processo de construção do Orçamento do Estado tem que ser a maioria parlamentar que sustenta o Governo a fazê-lo, que aprovou o anterior e que é fundamental para aprovar o actual. Deixe o seu exercício de demagogia, faça uns telefonemas à Catarina Martins que é uma pessoa que ouve os seus militantes, para que proponha isto. Sei, do Partido Comunista, que o trabalho que já fez no Orçamento do Estado para dois mil e dezasseis vai repetir para dois mil e dezassete. O nosso Primeiro-ministro é um homem sensível às questões autárquicas, foi autarca, deixou de o ser há pouco tempo, há muito pouco tempo; temos aqui um bom caldo de cultura para

acabarmos com os FAM's e os PAM's e isto tudo e termos um bom instrumento diferente, assente como vocês gostam no Orçamento do Estado, no dinheiro do povo. E se vão recapitalizar a Caixa Geral de Depósitos com cinco mil milhões de euros nós só precisamos de noventa milhões para recapitalizar a nossa Câmara. Se nos libertarem das condicionantes da Lei FAM serei eu a agradecer publica e formalmente ao António Costa, à Catarina Martins e ao Jerónimo de Sousa. Fica aqui o compromisso de honra que o farei. Agora, fica para a Troika que nos governa serem consequentes e deixarem de terem os seus peões a dizerem mal e eles a continuarem a fazer aquilo que já fizeram com a Lei do Orçamento do Estado de dois mil e dezasseis. Embora nas reuniões que eu tive, não tive com a Catarina e o Jerónimo, tive só com o Primeiro-ministro e com vários ministros, concordam com tudo, compreendem tudo, acham de facto que o FAM é uma porcaria e que tudo isto está errado, mas o instrumento que nos deram foi o instrumento que temos, não nos deram outro. Estamos um momento importantíssimo até ao dia quinze de Outubro, quando deverá ser apresentado o Orçamento do Estado pelo Governo na Assembleia da República, para que a sua conversa reiterada e estragada possa deixar de ser reiterada e estragada e possa definitivamente útil para a vida do nosso Município e para a vida dos nossos concidadãos.

Dr. Jorge Nascimento, há uma nota do pecar tarde por tardio. Eu sei que o Senhor Dr. fez uma intervenção pela positiva mas não lhe dá jeito terminar uma intervenção sem dizer mal de algo. Esta apresentação, de facto, não é tardia. Nós e todos os oitenta municípios do país, pela mão do Senhor Vice-presidente Jorge Ratola em Santa Maria da Feira, assinámos o PEDU, o contracto, no dia trinta e um de maio. Os avisos para sermos autoridade urbana - para se ser autoridade urbana vai haver um aviso, temos que nos candidatar, essa candidatura tem que ser aprovada e temos que assinar um contrato para podermos ser autoridade urbana; esse processo entre o lançamento do aviso e a assinatura do contrato durará nunca menos que cinco ou seis meses. Ainda não foi lançado o aviso. Isto para lhe dizer que a construção total deste processo ainda nem sequer está completa. Não vou dizer que estamos adiantados, julgo que estamos mais ou menos dentro do tempo de estruturação das várias componentes que nos vão permitir usar na plenitude aquilo que hoje espero que aprovemos aqui. Com um problema grave, sério e inadmissível: o IFRU. É minha convicção que nos arriscamos a chegar ao verão do próximo ano, se não ao Natal do próximo ano, sem termos o IFRU disponível. Aí não é a Câmara de Aveiro que tem problemas porque como município FAM, com o PAM em execução ou não, espero que seja com, nós não podemos aceder ao IFRU. A situação de endividamento em que a nossa câmara se encontra não nos permite legalmente aceder ao IFRU. Quem vai aceder ao IFRU são os nossos proprietários e os nossos investidores. Nesta construção toda, infelizmente, para mim é claro que até ao verão probabilidade de não haver IFRU de noventa por cento e até ao fim do ano a probabilidade não é despiciente porque, de facto, há muita burocracia, muitos passos, alguns referenciei há pouco, para tratar para podermos ter este instrumento que é muito importante para o investidor privado. Não é que hoje a banca não tenha boas condições. A banca, hoje, tem condições muito boas de preços e de prazos. O IFRU tem que ter condições, pelo menos, um bocadinho melhores. Elas já são tão boas na banca privada ou na banca pública, na banca comercial, que dificilmente o IFRU pode fazer muito melhor. Onde é que se espera que o IFRU seja muito melhor? Nas garantias. Na banca, como sabemos, as exigências de garantias são muito dissuasoras de muitos investidores recorrerem à bana. Aquilo que se espera que seja o grande factor diferenciador do IFRU em relação àquilo que está, hoje, disponível na banca comercial é exactamente nos mecanismos de garantia para os investidores utilizarem mais esta oportunidade.

Senhor Doutro, a nossa análise, dos nossos juristas, da CCR, é que estas matérias não carecem de discussão pública. Esta é a análise objetiva dos nossos juristas e dos da CCR que são uma peça fundamental neste tipo de trabalho.

Quero sublinhar aquilo que o Ernesto Carlos Barros disse. O Plano já está no terreno. É bem verdade o que acabou de dizer e basta olhar com atenção para a nossa cidade que temos tido, com alguns apontamentos em dois mil e catorze e já com uma incidência relevante, em termos numéricos, em dois mil e quinze e em dois mil e dezasseis de muito investimento. É evidente que não é nem tem nada a ver com outros tempos. Mas com o tempo de paragem que tivemos durante vários anos já é relevante a quantidade do que nós licenciámos e do que vemos acontecer no terreno quando olhamos com atenção para o nosso território. É verdade que há uma perspectiva positiva, a Câmara, os nossos serviços, já funcionam muito bem a esse nível, há uma relação positiva com os investidores, há confiança, obviamente que só temos que manter condições para que esse processo possa seguir com crescimento.

Professor Anselmo Castro, concordo com aquilo que disse. Chamo-lhe a atenção para esta questão da abordagem em termos de acreditação e definição de política das três peças e verá na ORU que este jogo de perceção do desenvolvimento global é um jogo fundamental. A ARU é basicamente um plano que soma tudo. O que é o desenvolvimento urbano da nossa cidade somando o que está no PEDUCA, somando o que estamos a fazer e ainda não está no PEDUCA - coisas como a reabilitação do Museu de Santa Joana, intervenções públicas ou privadas que temos perspectivadas, a reabilitação do Centro Coordenador de Transportes - vários investimentos que decorrem ou vão decorrer e que não estão em nenhuma destas áreas mas que são contributivos para esta operação total de desenvolvimento urbano. E, obviamente, as questões da mobilidade têm aqui um papel fundamental. Por isso, o PEDUCA também tem uma área específica para a mobilidade que tem trabalho também específico. Deixe-me apenas corrigi-lo. No PEDUCA e nos PEDU's os bairros sociais são tratados de forma diferenciada. Os bairros sociais podem ser alvo de investimento mesmo aqueles que não estão dentro da ARU ou da área de incidência do PEDU. Portanto, os nossos bairros do Griné e do Caião, que a seguir a Santiago são os nossos maiores, nós gostávamos de ir a todos, porque temos mais embora mais pequenos, mas não temos condição, têm investimentos relevantes de mais de quatro milhões de euros que não vão resolver tudo mas vão dar um contributo muito positivo para a qualificação física que depois também é social, misturada com o desenvolvimento de projetos enquadrados. Aproveito para dar nota da referência da Maria da Luz Nolasco. Acabou o tempo dos projectinhos para animar a malta. Nós agora vamos para projetos estruturantes para tratar da integração social a sério, de forma estruturante e não para animar a malta. Portanto, o trabalho nos bairros sociais, nomeadamente nestes três que são os Bairros PEDUCA, Santiago, Griné e Caião, têm também trabalho de natureza imaterial para as questões que referenciou e outras em termos de operação integrada total. Interessa que os edifícios tenham mais qualidade, que os passeios tenham mais qualidade, que os espaços verdes tenham mais qualidade. Obviamente que interessa. Mas interessa que a vida das pessoas no acesso ao rendimento, à cultura, ao desporto, etc., tenha crescimento a esse nível porque aí está a substância mais forte, mais relevante da vida, e não só na coisa física, no edifício onde nós habitamos ou na rua que passa em frente da nossa casa.

Aos Srs. Presidentes de Junta, Ângela Almeida, David Paiva Martins e Fernando Marques, dizer-vos isto e fazer isto com a referência da lógica. As freguesias aqui não interessam para nada. Se nós hoje temos cidade numa união de freguesias e em mais duas freguesias muito bem. Se nós no próximo quadro podermos somar nessas três mais um pedaço grande de Aradas, integrar S. Bernardo e Santa Joana, e numa perspectiva

um bocado diferente, Cacia, porque entre a cidade e Cacia temos uma grande área de localização empresarial, uma grande área industrial, temos que trabalhar isto nesta lógica daquilo que são as vivências das pessoas, as dinâmicas económicas, as determinações da mobilidade, etc., e não ficarmos contidos nas delimitações geográficas da freguesia e também do Município porque Aveiro, nomeadamente com o Município de Ílhavo, tem interações de vivência comunitária muito intensas e estamos também a cuidar delas na revisão do Plano Director Municipal.

É neste caminho que queremos continuar a caminhar aproveitando estas oportunidades e colocando-nos bem, repetindo a ideia que disse há pouco, aproveitando a que já temos na mão estamo-nos a colocar bem para aproveitar as que vão aparecer no caminho. Deixar para executar amanhã vai-nos tirar da linha da frente da conquista de uma nova oportunidade que vai surgir, nunca esquecendo, em termos de fundos comunitários, a operação de reprogramação que vai ser decidida até ao final de dois mil e dezassete e que vai entrar em jogo na distribuição das verbas durante o ano de dois mil e dezoito.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata⁰⁴¹

“Eu queria dizer prioritariamente que gostei muito da intervenção do Prof. Anselmo Castro da forma clara como expôs, toda a gente percebeu. E ficamos a perceber também que ao contrário da exposição do Senhor Presidente, pusemos a questão para explicar qual era a articulação desta delimitação de área com o plano de desenvolvimento da cidade, para explicar a lógica desta delimitação e não doutras e não ouvimos explicação nenhuma. Quer dizer gostávamos de ter ouvido, não é.

Quanto ao tardio queria esclarecer que a nota foi aventada porque a Câmara eu penso que não pratica atos inúteis. E dissemos claramente que no ano passado o Senhor Presidente levou à sessão camarária um projeto de delimitação de área e que depois retirou. E que andou um ano para apresentar o mesmo documento de igual teor ou parecido. É nessa medida que dizemos que é tardio. Porquê a demora de um ano? Não quer dizer que vai a destempo. Mas vai a destempo prático Senhor Presidente. Porque ao contrário que o Senhor Presidente diz, que é opinião dos seus juristas e que eu respeito — a lei é clara. Porque o Senhor até diz, o decreto 337/2009, ao abrigo do qual este documento está ser tratado, no artigo 14.º n.4 fala em “discussão Pública”. E V. Exa podia ter muito bem neste ano ter posto à apreciação pública, porque se não este documento padece de vicio de forma, ressalvo a não ter sido revogado o n.º 4 do artigo 14.º esta lei carecerá de vicio de forma claramente. Pode até ser declarada inválida se isso acontecer. Então porque é que não, pergunto, não teria sido útil isto andar ai pelas cabeças todas a pensar e não ser apenas a sua e da Câmara, sermos todos nós a pensar e sair daqui um documento porventura muito mais válido. É nessa medida que eu digo e penso que com toda a seriedade, que a apresentação é tardia.

Porque me parece que o legislador não iria revogar esta legislação porque este é um documento de suprema importância. Nós precisamos de saber onde é que vamos gastar dinheiro nosso e público, na recuperação urbanística de uma área concreta. E portanto saber qual será a idade portanto da população daqui a dez anos. Porquê delimitar aquela área e com que incidência. O que é que os particulares vão gastar se a realidade no futuro pode ser outra. E essa fundamentação também não a vemos no documento. Isto não se trata só de por documentos para o ar, parece-me que isso é gratuito, para que depois venham fundos sejam lá de que proveniências forem. Porque nós também temos responsabilidade nos fundos que gastemos. É preciso saber que os gastemos com utilidade.

O Senhor à bocadinha fez-me uma acusação de que agora faz obra e não sei o quê. Eu pergunto-lhe, olhe a questão do “nós” e do “eu. A mesma questão entronca aí nessa nota que é a questão do “nós” e do “eu”.

O Senhor quando fala das obras deveria dizer aqui à população quanto é que já lhe extorquiou (com o devido respeito), quanto é que lhe fez pagar mais em encargos fiscais até agora.

Faça a conta do acréscimo de IMI nos anos da sua governação e compare com o anterior. Faça o balanceamento a ver se o que gastou efetivamente não está muito aquém do que já todos pagámos. Não é “eu” Senhor Presidente. Quando diz “eu” somos todos nós. A obra é nossa, Senhor Presidente. É dos aveirenses porque estão a pagá-la, não é. Quando o Senhor Presidente diz “eu” fiz, diga assim, quanto é que vocês pagaram. Deve dizer isso para que todos possam ficar esclarecidos. Não é assim a atirar as coisas ao ar, dizer eu sou o maior, e vocês todos andam aí sujeitos a encargos desmesurados e desproporcionados para eu dizer fiz.

E vou fazer mais e não sei quantos, a propaganda toda, para os aveirenses pagarem. Felizmente pelo que eu ouço e não me costumo enganar nesta análise, isso não vai surtir efeitos, aviso desde já Senhor Presidente. Tenho dito.”

Vogal Anselmo Castro (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[042](#)

“Comentários muito rápidos. Eu não sou, não me manifestei a favor, de uma área mais limitada para a ARU. Se dei essa ideia peço desculpa porque a dei erradamente.

Eu que eu disse foi que, compreendia não a alargarem mais devido ao facto de haver limitações financeiras e de outro tipo. Se sendo desta dimensão se punham mais a área A ou menos a B, é apenas que eu desejava que houvesse mais explicações. Portanto não sou a favor de uma área mais pequena.

Segundo as projeções demográficas. É evidente que estão feitas, que a Câmara tem as suas, mas eu acho que há quer em termos do seu detalhe em termos de estrutura etária que é muito importante, quer em termos da ligação com a estrutura das migrações, há muito mais a fazer.

Pode dizer que isto são esquisitices de académico que gosta muito de se entreter com estas coisa, se calhar não são pelo seguinte. Até recentemente as populações cresciam com um ritmo constante, as populações eram distribuídas pelos vários grupos etários mais ou menos constante e portanto estas previsões não eram assim uma coisa tão importante. Mas isto mudou radicalmente.

O Crescimento parou e a repartição de população por vários grupos etários alterou-se recentemente e vai-se alterar profundamente.

E portanto uma coisa que não está no hábito dos portugueses e de quem gere a nível local e nacional e a todos níveis sectoriais, que é previsões demográficas com valores rigorosos sobre a estrutura etária tem de aparecer.

E portanto nesta lógica eu acho que aquilo que a Câmara de Aveiro tem é insuficiente.

Um segundo ponto. Eu concordo que a ARU é uma peça num conjunto maiores de peças que tem de se interligar. O PEDUCA, o PDM, etc, etc. Sim senhor é bom que faça e tenha estas ligações todas. Mas o que estamos a aprovar hoje é a ARU. As hipotéticas ligações não estão aqui ligadas com as outras coisas. E portanto seria bom que embora sem grande profundidade porque não haveria tempo nem oportunidade, tem de haver mais ligação e mais justificação aqui. Coisas que tem a ver com essa relação triangular e que faltam. Ou seja, sobre o esclarecimento das opções estratégicas que estão por detrás da delimitação e da aprovação da ARU, eu acho que poderia haver mais coisas e não há. É nisso que fica a dúvida mais uma vez.

Quanto à oportunidade da ARU é inegável. Tinha que ser feita e foi feita, ainda bem. Pedia-se mais para percebermos, porque estamos aqui a votar isto.

Já agora uma última coisa. Esta Assembleia é o sítio ideal para discutir as opções estratégicas do município, destas ligações por exemplo. Haver aqui um debate que vá para além daquilo que digamos umas críticas de terceira linha da desgraça da geringonça e dizer que esta Câmara é a melhor do mundo e arredores e não sei quantos. O Senhor Presidente se calhar apara ter o seu ânimo e a sua motivação se calhar não precisará disso. E menos que estas coisas discutir estas questões estratégicas, discutir realmente questões do futuro. Gostaria que houvesse mais disso. Estou a fazer uma ligeira incursão na vida e nos interesses dos grupos parlamentares, mas era bom que os grupos parlamentares, principalmente os que tem mais responsabilidades de apoio nesta Assembleia por serem os maiores e os que decidem, tivessem um intervenção mais estratégica e não se limitassem a dizer que o Presidente da Câmara e a sua equipa são os maiores do mundo e arredores. É o que só ouço aqui, não ouço mais nada. Ah e que o governo é o pior do mundo e arredores, pronto.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴³

“Dr. Jorge Nascimento. Eu, ao ouvi-lo, fico com aquela sensação de que o Senhor apenas leu a primeira e última página do documento. E em relação à Revisão do PDM não leu nem a primeira, nem a última, porque o Senhor é de uma superficialidade, mete os pés pelas mãos, baralha tudo, que eu acho que o não faz por maldade fá-lo mesmo por ignorância porque não sabe. Recomendo-lhe vivamente que lei, ou melhor, leia não porque isto não vai lá com leituras, isto só vai lá com estudo. A forma ligeirinha com que aborda as matérias, no seu exercício de demagogia superficial, é confrangedor.

No entanto, não quero fugir a uma questão que, de facto, não lhe respondi e peço desculpa e vou-lhe responder: a ligação da ARU com o PEDUCA. Onde é que está ancorado o PEDU? As intervenções do PEDU estão ancoradas na Estação da CP, Avenida Dr. Lourenço Peixinho, Rossio, exercício do edifício Fernando Távora - Rua Direita até ao Largo do Museu de Santa Joana e da Sé, e depois, voltando às Pontes, como se fosse um tripé, vamos pela Rua da Pega para fazer o encontro com a Avenida da Universidade e fecharmos com a peça da obra da Rotunda do ISCA. Portanto, a operação do PEDUCA está ancorada em operações físicas que tem este tripé e que depois, elas próprias, estão na proximidade das operações que nós entendemos que são prioritárias para o mercado em termos de reabilitação urbana para aproveitar os benefícios fiscais da ARU. Discorde à vontade. Eu sei que o Senhor Dr. não gosta de mim. Tenho pena mas é a vida como dizia o nosso António. Portanto, vivemos a vida de forma natural; a minha vida fica ligeiramente mais pobre por o Senhor Dr. não gostar de mim mas não é isso que tira a energia para trabalhar e a luta para ser feliz. Não é isso. Siga tranquilo mas não fique aí na sua perturbação mental procurando perturbar aquilo que lhe quero explicar com lealdade mesmo que seja no exercício democrático da diferença de opinião.

Outra nota que lhe quero deixar é esta coisa da discussão pública, Senhor Dr. E vamos deixar agora a lei. Eu já lhe disse o nosso entendimento, reúna com os nossos juristas e com os da CCR. São todos juristas e entendam-se. Vamos falar da política. O facto de termos aprovado primeiro a ARU na Câmara, há quase um ano, o facto de na reunião pública de Aradas, em maio, termos levado outra vez o PEDUCA para conhecimento, tinha acabado ser aprovado e estava para ser aprovado o contrato, e outra vez a ARU, foi para estimular o Partido Socialista e o Movimento Independente Juntos por Aveiro, além dos cidadãos que normalmente estão atentos às reuniões de Câmara, a estudarem a

matéria, a dizerem de sua justiça e a darem contributos. Quantos contributos recebemos do Partido Socialista e do MIJPA? Zero.

O Prof. Anselmo Castro chega aqui e tem razão, mas estamos há um ano na discussão pública! O Senhor quer debate faça aqui uma intervenção sobre a revisão do PDM, estamos à espera dela porque desde de Dezembro que iniciámos o processo. Eu sei que tem contributos interessantes mas partilhe-os. Se achar que o tempo aqui é pouco marcamos uma reunião e trabalhos; não é preciso que os cidadãos vejam tudo o que a gente faz. Ou podemos até fazer a reunião numa mesa no meio do Parque Infante D. Pedro para os cidadãos nos verem a trabalhar. Não venham é para aqui com esta conversa do debate público, público e público, e vocês não dão um único contributo. Contribuam. E depois, obviamente, o exercício democrático de acolhermos ou não acolhermos. Agora, vamos acolher que proposta? Nenhuma.

O que quer dizer que estamos a acolher todas as vossas propostas mas vocês não ligaram nada a este processo e que o pusemos à vossa disposição e consideração há quase um ano.

Quanto à sua expressão de extorquir dinheiro, Dr. Jorge Nascimento, devo-a lamentar profundamente. É baixa, é marginal à democracia e à seriedade — e fica-lhe muito mal. Os nossos cidadãos sabem que estamos a usar o seu dinheiro para resolver os problemas da nossa Câmara que é a Câmara dos cidadãos. Que estamos a alcatroar estradas para que não rebentem os pneus dos seus carros; que estamos a fazer qualificação urbana para que haja mais qualidade de vida; que estamos a investir em promoção turística para que haja mais turismo; que estamos a pôr os serviços a funcionar para licenciar os investimentos mais rapidamente. E ainda não ouvi nenhum cidadão que recorra à sua baixaria para dizer que lhe estamos a extorquir dinheiro.

Fica-lhe muito mal e é falso Senhor Dr. É falso. No quadro legal e no quadro democrático estamos a gerir com seriedade, com lealdade e falamos todos os dias com muitos cidadãos na praça pública, de cara levantada e de forma séria. E se ler os meus discursos sabe que não uso o “eu”. Nos meus discursos está lá sempre o “nós” e está sempre a Câmara Municipal de Aveiro. Faça o favor de os ler com seriedade e não os distorcer porque é um acto incorrecto, mal-educado e anti-democrático.

Se me quer citar, cite-me com verdade, se não, não o pode fazer de forma menos clara.

Para terminar, Senhor Presidente, queria apenas deixar esta nota. Uma nota de congratulação com este debate, com o contributo de todos para o debate e com este sentimento, que para nós é claro, de que temos uma boa ARU, de que temos um bom instrumento e que vamos seguir para a fase seguinte que é a publicação e a seguinte, que ainda é mais importante, que é a da operacionalização, procurando que as outras componentes que ainda faltam possam estar rapidamente ao nosso dispor para que esta operação possa estar ao serviço de todos o mais breve possível.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [044](#)

“Bem em primeiro lugar eu gostaria de justificar-me em relação ao extorquiu. Isso foi força de expressão que se V. Exa não esteve com atenção ou não quis estar, com o devido respeito, queria eu dizer que extorquir aqui o sentido de contrariar o cidadão. O Cidadão é forçado a pagar por força de uma imposição camarária que nunca existiu até agora. E esse dinheirinho sai do bolso contrariadamente. Eu não disse extorquir no sentido rela, disse extorquir com o devido respeito. Quer dizer, é mais do que pagar tributo, é mais pagar tributo forçado. É nesse sentido.

Agora não posso admitir que ao Senhor Presidente, nem a ninguém, que me chame mal-educado. Isso é que não admito, pá. Isso é que eu acho que é uma linguagem imprópria de um dignatário que é o Presidente do Município, Presidente de todos nós. Sinceramente, fica-lhe muito mal Senhor Presidente. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

“Senhor Dr. todos ouvimos as suas palavras e a forma como as usou. O Senhor Dr. continua com a má-educação. Eu não tenho que lhe chamar nada. Está toda a gente a ouvir que eu estou a falar e o Senhor continua a falar em cima de mim. E toda a gente ouviu o que o Senhor estava a falar e eu estive calado. A má-educação é o que é; alguém tem dúvidas? É das coisas primeiras que nos ensinam na vida quando nos começamos a relacionar com os outros, a discutir uns com os outros, é ouvirmos o outro.

O Senhor não pára de estar aí aos pulos verbais. Portanto, Senhor Dr., esta realidade toda a gente viu e a ouviu.

Nós vamos continuar a trabalhar pelo nosso município e pelos nossos cidadãos de forma determinada e séria. V. Exa. continue nesse caminho que é um caminho que não nos ajuda em nada a fazer qualquer coisa de minimamente positivo e útil para a vida dos nossos concidadãos.”

Membros da Assembleia

Vogal Anselmo Castro (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁶

“Só para dizer o seguinte. Folgo com a evolução do Senhor Presidente porque nós antes éramos criticados se não fôssemos a outros sítios que não fosse aqui falar e não sei que mais. Agora já é aqui. Bem, acho bom porque aqui é o sítio.

E a intervenção foi nesse sentido e desde já fica a ideia de que muitas outras, incluindo o PDM será feita? No que vier serão feitas intervenções construtivas no sentido das que foram feitas.

Espero que os outros também o façam aqui. Porque este é o sítio onde se deve discutir. Portanto também gostava de dizer o seguinte. Estou aqui na Assembleia Municipal, há as intervenções do partido socialista e da Câmara e outros e houve várias propostas, e a receptividade e a capacidade de acolher propostas por parte da Câmara tem sido bastante pequena. Portanto esperemos que perante as nossas contribuições para o futuro, dada essa vontade do Senhor Presidente Câmara, a receptividade de as acolher seja equivalente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Senhor Presidente, em primeiro lugar, e isto não é uma crítica, deixar claro que a intervenção do Prof. Anselmo Castro, deixa claro que eu não desonrei o Partido Socialista. O Senhor usou a figura regimental da defesa da honra, não foi outra. Então interveio ilegalmente. Senhor Prof. Anselmo Castro faça-me o favor, a mim e a si, de elencar num email as propostas que o Partido Socialista ao longo destes três anos de mandato nos fez para governar.

Vou-lhe dizer que noventa por cento dessas propostas levadas à discussão pública, naquela fase inicial do nosso mandato em que aqui trouxemos uns vinte regulamentos, quantas propostas objectivas para a substância dos Regulamentos o Partido Socialista fez? Zero. E debate, o nosso, existiu. Os regulamentos vieram aqui, foram à Câmara. Propostas do Partido Socialista: zero.

Mas façamos um exercício. Pegue nas actas dos últimos três anos da Câmara, da memória de todos nós e faça. Nós temos consideração, mas de facto, o número de propostas é muito baixo. Mas não tem problema nenhum. Nós estamos investidos de autoridade de governar, temos esse mandato e usamo-lo. Tranquilo.

Faço apenas essa referência por causa desta vossa crítica sistemática de que não há debate. O debate tem sentido se houver propostas, se houver interação. A questão tem a ver com isto numa dinâmica positiva e de quem assume a concordância ou a discordância com toda a lealdade. Concordamos ou discordamos. Mas temos tido muito poucas oportunidades de concordar ou discordar das vossas propostas.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁸ o Ponto 1 – Apreciação e votação da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor (PSD13+CDS6+JPA2) onze abstenções (PS9+BE1+PCP1) e um voto contra (JPA1).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁴⁹

“Senhor Presidente, fazia declaração de voto a intervenção do PCP neste ponto, sublinhando a ideia da perigosidade da criação de um sistema dual dentro do município, relativamente à cobrança do IMI. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁵⁰

“Senhor Presidente, também faço a declaração de voto do Bloco Esquerda a minha primeira intervenção. Acrescentando que o Senhor Presidente quando falou aqui “a leitura lata” da lei que leva à definição do ARU, deixo também a questão de Requeixo e Eixo não poderem ser lidas de uma forma “lata” uma vez que Requeixo tem uma zona ribeirinha dentro do seu concelho; qualquer freguesia tem no seu território uma zona industrial (maior ou menor) e portanto deixo isto à sua consideração.

Acrescentar também que, se o benefício fiscal vai além do benefício financeiro para a reabilitação, ainda mais se exige que haja uma contrapartida social. Por que se vai haver uma reabilitação para depois a população não tenha um benefício direto, perde um pouco o sentido do princípio da reabilitação.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):⁰⁵¹

“O meu voto contra é pelas razões expostas nas minhas intervenções sobre o tema e que aqui dou como reproduzidas.”

PONTO 2 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 13JUN16 a 05SET16;

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra⁰⁵² ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵³

“Apenas para deixar uma nota. Este foi um período muito intenso, muito diverso, cheio de actividades, com inaugurações de obras importantes como o CMIA e o CARSurf; com o arranque de múltiplas obras que, aliás, já falámos hoje de várias delas; com eventos culturais da maior importância com o primeiro período da nova vida do Teatro Aveirense e da gestão cultural, houve o Festival dos Canais, foi a esse nível um tempo muito rico; e quisemos que este documento acabasse com o Techdays, não estamos a falar de algo que já passou mas sim de algo que vai acontecer, no caso, na próxima semana. É um evento ao qual damos muita importância porque tem uma importância estratégica no quadro dos eventos do nosso Município, embora com uma envolvimento que é regional e nacional.

É este o caminho que vamos prosseguindo com esta intensidade, com esta diversidade, de investimentos em várias áreas da actividade municipal. Este período foi, de facto, muito rico.

Esta exposição procura pontuar esses momentos principais mas ela é evidente dessa intensidade, dessa diversidade, do trabalho de fecho dos investimentos financiados pelo QREN, do trabalho de abertura dos novos investimentos na ambiência do Portugal2020 e entendemo-la como muito expressiva para que possamos ter, na análise do trabalho e da actividade municipal, esta referência.

Entendemos que foi um bom período para a vida do nosso Município neste processo de crescimento, sabendo que na nossa matéria da reestruturação financeira, do nosso PAM, foi também o tempo em que aprovámos o PAM II, em Julho de dois mil e dezasseis e que está em fase final de emissão do parecer do FAM, o que quererá dizer que, logo que o recebamos, voltará à Câmara e depois virá à Assembleia Municipal para seguir, acto imediato, para o Tribunal de Contas. Também neste período essa componente teve um trabalho muito intenso.

Outro dossier muito importante, que trataremos num outro ponto específico e que está na nossa Ordem de Trabalhos, tem a ver com a concessão de Visto do concurso dos transportes.

Deixo apenas esta nota sumária estando, obviamente, ao dispor para as questões que muito bem entenderem e depois no tempo das respostas irei às questões do PAOD que entendi respeitarem à actividade municipal.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁵⁴

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁵

“Obrigado Senhor Presidente. Começamos pelo PAM que sei que é um tema que lhe é caro. O Bloco de Esquerda sempre se mostrou contra o plano de ajustamento municipal. Sempre defendeu através do orçamento de estado resolver o financiamento às autarquias.

O Senhor Presidente foi desde o primeiro momento a defender o PAM como instrumento político e agora vem dizer-nos, aquilo que já sabemos, que é que o PAM não funciona. Nós já sabemos isso e sempre o dissemos. E agora vem dizer que as autarquias devem ser financiadas pelo orçamento de estado!? Nós também o defendemos desde sempre. A nossa posição mantêm-se a sua é que mudou. O PAM não teve o visto do Tribunal de Contas e assim Ribau Esteves adianta-se e prepara um PAM 2 a prever o chumbo do recurso interposto pela Câmara sobre o PAM. O valor do PAM 1 para o PAM 2 passa de cerca de 72 milhões para 90 milhões, são cerca de 30 milhões a mais que a Câmara pede

e em que refere o alargamento da assistência financeira à parte da dívida financeira da Câmara.

No PAM 2 refere também que insiste na intensificação de medidas de austeridade, pois claro. E a pergunta impõe-se, esta intensificação são um aumento de medidas de austeridade até agora em termos de impostos, taxas, despedimentos ou esta intensificação já está contabilizada apesar de não haver PAM?

Sabemos que não há PAM, mas as medidas de austeridade e aumento de impostos foram implementadas foram. Isto é importante para se perceber se os aveirenses vão ter mais dois ou três anos de mais austeridade ou se agora vai haver uma folga a nível de impostos, a nível de IMI, a nível de taxas, e se os trabalhadores da autarquia podem respirar um pouco de alívio.

Isto porque o texto é um pouco ambíguo, mas direciona sempre no caminho da austeridade e dessa mesmas austeridade não se consegue descolar.

Tenho algumas dúvidas de qual será a diferença do PAM 2 para o PAM 1 uma vez que no PAM 1 o valor inicial também foi de 89 milhões e foi baixando porque a versão nunca chegou a bom porto.

Em relação ao festival dos canais. Um festival saído da cartola de Ribau Esteves, já o festival decorria ainda se colocava publicidade a anunciar o mesmo. Foram gastos 150 mil euros (mais que o orçamento de um ano do Teatro Aveirense) e se os aveirenses não foram informados, não houve divulgação atempada, a pergunta é para quem foi este festival afinal?

E se a resposta vai ser foi para o turismo, convém saber então qual é o plano que Ribau Esteves pretende implementar para o período entre Outubro e Maio para quem vive em Aveiro.

Foi igualmente produzido um vídeo alegadamente sobre o concelho de Aveiro, que nunca ninguém viu, a não ser uns representantes de Macau. Custou 30 mil euros, dinheiro público, e vamos dizer que nós queremos ver esse vídeo. Esta Assembleia Municipal quer ver esse vídeo, os aveirenses querem ver esse vídeo.

Em relação a Cacia houve de facto uma pressão por parte da Portucel sobre o poder político dizendo, ou param com a ideia da revogação da lei do eucalipto ou não haverá investimento. Uma situação inaceitável. Que se for avante, uma pergunta é importante que seja respondida também. O dinheiro que a Câmara pretende gastar na parceria que tem com a Portucel vai-se manter? É que nessas matérias nós temos memória e fracos exemplos. O Bloco em 2011 quando se opôs à passagem de reserva agrícola nacional para a Portucel poder ampliar instalações mostrou-se contra, mas foi avante, e depois a Portucel deu o dito por não dito. Ficámos sem os terrenos da reserva agrícola e a Portucel ficou com os terrenos para ampliação que não aconteceu.

Tentámos que fosse feita essa reintegração, foi novamente votada contra nesta Assembleia pela maioria PSD/CDS. E portanto queremos saber que implicações é que tem em termos de dinheiro do município o não avance do investimento da Portucel. Disse.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[056](#)

“Senhor Presidente da Mesa, eu gostaria que a Câmara explicasse em relação à Comunicação, aqui em relação ao CMIA refere que esteve parado de 2011 a 2014 e que agora avançou. Queria saber da razão dessa paragem e da eventual responsabilidade ou não do empreiteiro. Como me dado saber o empreiteiro tem de guardar a obra enquanto a execução está a ser feita. E se a Câmara reconhecer que há algum fundamento para a

responsabilidade do empreiteiro, se a Câmara exerceu isso ou se pura e simplesmente aceitou e pagou.

Segundo Centro de alto rendimento de Surf. Tem mérito certamente, mas depois refere a gestão será da CMA com outras entidades!? Acho que os munícipes têm o direito de saber qual é a repartição dos encargos e das receitas. Como é que se trata a questão orçamental. Quanto é que a CMA pensa ali gastar e quanto pensa receber ou se nem uma coisa nem outra. É impróprio trazer uma comunicação, é uma lacuna que eu considero grave, isto de não trazer os dados da gestão acompanhado da verba. E portanto os munícipes devem saber através dos membros desta Assembleia o que é que aconteceu.

Volto à questão, porque o Senhor Presidente diz que na pavimentação vai gastar 15 milhões. Então eu queria saber a articulação destes 15 milhões com o acréscimo de receitas que houve só em sede de IMI nos seus anos de mandato?

Que é para nós sabermos se este dinheiro é de uma gestão boa da Câmara ao nível dos meios que já tinha ou se é propriamente daquilo que os munícipes avançaram a mais do que aquilo que habitualmente pagavam.

A pergunta concreta aqui é qual foi a evolução das receitas do IMI durante a gestão de V. Exa.?

E depois gostaria que o Senhor Presidente falasse de alguma coisa que é omitido. Quem tem filhos e netos tem uma dificuldade enorme em passear com as crianças em Aveiro.

Quer dizer, procuram um parque infantil e é difícil encontrar. E eu queria saber o que esta Câmara tenciona fazer em relação às crianças e às famílias. Porque Aveiro deve ser digno para os aveirenses viverem e a começar pelas idades mais tenras. Portanto o que é que o Senhor Presidente pensa, se tem algum projeto no concreto. Queria que respondesse de forma concreta e não de forma vaga.

E depois também gostaria que o Senhor Presidente respondesse porque à pouco omitiu, de uma pergunta aqui posta e com toda a pertinência pela Dr. Seiça Neves, sob o estado de abandono do Parque da Cidade, que é o ex-libris da cidade, é o único Parque, e que está manifestamente vexado. Eu não gostei que V. Exa omitisse a resposta. Falou do eu, das obras feitas, mas daquilo que se lhe apontaram como não feito puramente serenou ou guardou para esta oportunidade e eu espero que V. Exa responda a isso. Muito obrigado.

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵⁷

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰⁵⁸

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁹

“Muito o brigado Senhor Presidente. Gostaria de cumprimentar todos os presentes. A minha intervenção relativamente a este documento prende-se necessariamente com o PAM.

O Senhor Presidente sabe que há um particular interesse em acompanhar o PAM, goste-se ou não dele. É um instrumento decisivo para o município e obviamente que está inserido no mandato que está a liderar e o PAM costumava aparecer à cabeça da Comunicação Escrita e presumo que a descida para o fim não tenha a ver com a diminuição da importância do mesmo.

Eu estive a ler atentamente o que está escrito e o que está escrito permite obviamente fazer o acompanhamento cronológico naquilo que tem sido o percurso deste documento quer na sua versão 1, quer na sua versão 2.

Confesso que para o fim fiquei um bocadinho perdido no ponto de situação em que se encontra com estas situações. O Senhor Presidente já fez questão de explicar que temos o PAM 1 no Tribunal de Contas e temos o PAM 2 na Direção do FAM!?

Penso que este é o ponto de situação e eu gostaria de colocar a questão para perceber exatamente o que é que vai acontecer a seguir.

Há uma questão que eu costumava colocar que já está respondida presumo eu. Isto é, se não houver PAM 1, o que é que se segue, está respondido é o PAM 2.

Penso que esta é uma questão simples relativamente ao trabalho que foi desenvolvido até agora.

Mas tenho duas questões que eu gostava de retomar. Um, é se nós podemos ter um PAM 1 aprovado pelo Tribunal e um PAM 2 aprovado pela Direção do FAM? Obviamente que ainda não consegui perceber qual é a diferença entre um e outro porque o documento ainda não veio cá e não tenho conhecimento dele enquanto membro da Assembleia Municipal, mas gostaria de objetivamente perceber se esta questão se colocar, de alguma maneira pode acontecer, gostaria de saber qual a posição do município de ter o PAM 1 aprovado pelo Tribunal de Contas e ter o PAM aprovado pela Direção do FAM.

E a outra questão é muito simples. Se falhando o PAM 1 há o PAM 2, a pergunta que eu coloco é óbvia: se falhar o PAM 2 o que é que vamos ter?

Porque obviamente o município mantém-se nesta situações de ter o PAM 1 em aprovação e obviamente que há um conjunto de resultados que derivam desta situação em standby e portanto que coloco efetivamente é que esta situação não irá perdurar no tempo eternamente e portanto há-de haver um momento em que ou temos PAM ou não temos PAM.

E por exemplo se não tivermos PAM o que é que nos poderá necessariamente acontecer. Pegando num exemplo, que tem a ver com a devolução do ATU. Tem a ver com a devolução das penhoras. Pode obviamente levar a Câmara a uma situação crítica e gostaria de saber exatamente, dentro daquilo que é possível, o que é que decorre de ter as duas aprovações em simultâneo e qual é a opção da Câmara entre uma e outra? Partindo do pressuposto que eu percebo que a segunda deve ser melhor que a primeira, se não, não tinha aparecido. E se não houver nenhuma das soluções em concreto o que é que vai acontecer a seguir. Até porque há-de haver uma coincidência temporal com estas aprovações e a conclusão do mandato do Senhor Presidente e do seu executivo como é óbvio.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁶⁰

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰⁶¹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁶²

Vogal David Paiva Martins (PPD/PSD)⁰⁶³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁴

“Tivemos um período de três meses muito rico, muitos turistas, muita gente por Aveiro, muitas obras, e da Comunicação do Senhor Presidente poderia falar da inauguração do CMIA, do Carsurf, ou na cultura falar da nova dinâmica para o teatro aveirense. As pavimentações houve muitas e muitas, obras e mais obras, causam incómodo mas felizes os incomodados com as obras. E obras pagas.

Tivemos obras na rotunda do Botafogo, na rua David Cristo, na Agostinho Pinheiro, Conselheiro Magalhães, estacionamento de São Roque, recuperação da habitação social, lançamento de projetos de reabilitação as Unidades de Saúde de Oliveirinha, São Jacinto, Aradas, São Bernardo. Mas tivemos quanto a mim uma coisa muito boa neste período que foi feito com o objetivo de criar uma marca da cidade, foi o “Festival dos Canais da Ria”. Que alguns não interpretaram bem, nós interpretamos como sendo uma coisa muito importante e que o executivo deve continuá-la e troná-la como que um efeito de marketing da cidade e criar um nome e criar uma estratégia à volta dos canais da ria.

Durante quatro dias teve cerca de 60 ações em todos os canais da ria. Tivemos também algumas no Rossio, tivemos na escadaria Fernando Távora, tivemos alguns artistas de Aveiro e tiveram sempre público. E penso que foi uma iniciativa bem divulgada, um bocadinho se calhar à pressa, mas teve sempre gente. Teve grandes espetáculos na Fonte Nova e teve sempre gente. E penso que está ali criada uma maneira de marcar Aveiro como a cidade dos canais.

Por outro lado gostava de perguntar ao Senhor Presidente, deixar uma pergunta e que me respondesse. Nós últimos dias li uma notícia nos jornais de que no Museu de Aveiro, num projeto que apresentou de reabilitação, que recebeu um financiamento de 1 milhão 800 mil euros. Gostava que se referisse a esse financiamento que veio para o Museu.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁵

“Vou responder às questões colocadas que obviamente todas agradeço. Filipe Guerra, a obra da Portucel segue o seu caminho, está em obra. A obra que vemos lá é a obra de re-emanilhamento da vala hidráulica que passa na fábrica e que depois vai ter o aqueduto de recepção, digamos assim, debaixo da nossa Variante. É uma obra absolutamente fundamental para aumentar a capacidade de carga de transporte de águas pluviais naquela zona, onde se faz a passagem para o Rio Vouga da drenagem das águas pluviais de uma grande área da zona urbana de Cacia. A nossa obra, e aqui misturando a questão da Rita Batista, aliás o Bloco de Esquerda teve um comunicado em Agosto sem qualquer sentido, a obra que começámos ou que vamos começar a fazer tem três grandes razões. Uma, claramente a sua razão base, o seu incentivo, o objectivo principal, sem dúvida nenhuma, a nova fábrica da agora The Navigator Company. Mas tem mais dois objectivos muito importantes. Primeiro, a estruturação das ambiências separando-as por uma variante, aquela que é a ambiência da área industrial da antiga Portucel e a ambiência urbana do aglomerado urbano de Cacia. Esta função da Variante é muito importante para uns e para outros. E uma terceira, a segurança. Eu não sei se vocês circulam, de vez em quando, na chamada estrada privativa da Portucel. O risco que corremos em muitas situações pelo facto de estarmos no meio de uma unidade fabril, com estacionamento de madeira de um lado, com uma ETAR do outro lado, com máquinas pesadas, camiões a andarem de um lado para o outro, é um problema que temos que resolver. Com a Variante a estrada privativa vai ser privativa no seu uso, só a usa quem está dentro da fábrica a fazer operações ligadas à fábrica, e quem está de passagem usa a variante. Estas são as três grandes razões. Se o conflito, digamos assim, que existe entre a The Navigator Company e o quadro legislativo que ela acha que possa ser impeditivo do seu investimento, são questões da empresa e não da Câmara. Obviamente que nós lamentaremos, como é evidente. A geringonça não vai cá ficar o tempo todo. Eu acredito que corremos o risco de ter uma suspensão do investimento, que lamentamos profundamente, que acusaremos os responsáveis por isso, mas quando a Geringonça for embora, que há-de ir, as dinâmicas democráticas são o que são, mas se tivermos um Governo bom a seguir esses erro será corrigido. O nosso investimento é um investimento muito importante para a nova fábrica, para a velha fábrica, a que lá está, mas também para os outros factores: para os residentes e para os muitos cidadãos que circulam com circuitos de passagem naquela zona. O Bloco de Esquerda também acusou a Câmara de dar benefícios públicos à The Navigator Company por força desta operação. Falso. A Câmara não dá qualquer benefício público, a Câmara recebe benefícios da empresa para esta operação. Já recebemos trinta e cinco mil euros de participação da empresa para os custos do Plano de Pormenor e do Projecto de Execução da Variante. Vamos receber durante a execução da Variante quinhentos mil

euros. Uma das boas heranças que recebemos do meu antecessor, não é tudo mau, foram estes dois compromissos da The Navigator Company: trinta e cinco mil euros para participar o Plano de Pormenor e o Projecto, quinhentos mil euros para participar a obra que nos vai custar um milhão e duzentos mil euros. Não há fundos comunitários para estas obras e, portanto, os outros setecentos mil são da responsabilidade da Câmara. Aliás, quatrocentos mil já foram empregues porque os terrenos estão todos pagos. Quando a empresa levantar a licença para a construção da chamada primeira fase da obra, que vai ter um investimento de cem milhões de euros e a criação de cem novos postos de trabalho, vai pagar duzentos e vinte e cinco mil euros de taxas de licenciamento. Estes são os proveitos financeiros para a Câmara Municipal desta operação até ao levantamento da licença. O inverso é falso. Estamos a ajudar através da nossa influência política no espaço do Município de Aveiro, da Região de Aveiro e da Associação Nacional de Municípios, um espaço de influência positivo, em defesa deste investimento, em defesa da produção florestal do país, no equilíbrio dos factores. Ainda recentemente dissemos à Portucel que não concordamos, lutaremos contra, a ideia de alguns investigadores nesta área que acham que o eucalipto é uma plantação muito boa para fazer no Baixo Vouga Lagunar. Imaginarão porquê. A capacidade de crescimento de um eucalipto no Baixo Vouga Lagunar com acesso àquela fatura de água que tem é recorde. Obviamente que, por vários motivos que agora vou passar ao lado, nem pensar. É uma atitude séria e objectiva aquela em que estamos envolvidos.

Filipe Guerra, a invasão da água salgada é para ser travada com a obra do Baixo Vouga Lagunar que a Comunidade Intermunicipal contratualizou no quadro dos fundos comunitários. A chamada obra de defesa do sistema primário está, neste momento, em desenvolvimento do concurso para adjudicação do projecto de execução. E a outra, a ponta sul do Rio Novo do Príncipe e a ponta sul do Rio Velho, está já em plena execução de projecto de execução pela empresa Condoril e é um processo que, segundo o seu caminho, nos permitirá termos a obra e virmos a ter a capacidade física de parar a salinização de uma parte dos terrenos que hoje estão a ter esse sofrimento nesta zona do nosso Município.

A questão dos passeios que o Filipe Guerra falou, é um problema que temos. Não só na zona que referiu como entre o Cais da Fonte Nova e a Estação, também temos aí um problema por uma questão inacreditável. Quem comprou os terrenos para fazer aquelas avenidas, e bem, são boas avenidas, comprou só até ao lancil; do lancil para dentro estamos em propriedade privada. Já temos diligências para podermos ter a cedência ou a compra daquelas faixas que um dia terão de ser obrigatoriamente entregues ao domínio público para fazer os passeios e os estacionamento para edificações que se venham a fazer. A Câmara só comprou até aos lancis, o centímetro ao lado do lancil é privado. Os privados têm dado o direito de se passar lá, na sua propriedade porque ela é privada. Mas é assim que se fez, com lógicas que discordamos, mas é o que temos. Concordamos em absoluto com aquilo que disse, procuraremos ser diligentes para, pelo menos, num corredor de cada lado das duas avenidas sermos os mais rápidos possíveis, mas também estamos a trabalhar em processos de licenciamento de construções na área da habitação e do comércio, uma delas que começará nos próximos dias, na área da habitação, para, à boleia dessa operações, termos os investidores privados a fazerem aquilo que têm que fazer na retribuição ao domínio público, nomeadamente, no espaço de estacionamento automóvel e, especialmente, nesta questão importante da acessibilidade dos peões.

Tomámos boa nota das suas outras questões sobre a saúde, embora também lhe peço a si o seu espaço de influência junto do Jerónimo para que o Governo e a maioria

parlamentar dêem mais dinheiro ao nosso Centro Hospitalar. Temos um défice operacional anual de seis vírgula cinco milhões de euros. Resolveu-se este ano, mérito do actual Governo, um terço, arredondando a conta, do défice operacional mas ainda se mantiveram dois terços.

As questões de Eixo são conhecidas. Acabámos já a construção de três passadeiras sobre elevadas nas zonas da freguesia de Eixo. Elas estão em Eixo e em Azurva. Está para se iniciar a construção da quarta e esta quarta é exactamente no centro de Eixo, junto à Igreja. São elementos de dissuasão da velocidade para aumentarmos a segurança de toda a gente que ali circula; prosseguiremos com outras medidas para melhorar a circulação.

Quanto às obras devagar, depressa, fiquem com esta certeza absoluta. O dono da obra é sempre o mais interessado em que ela comece mas muito mais interessado em que ela acabe. Ninguém começa obras para que elas fiquem em obra. Toda a gente começa obras para que elas acabem. Não tenham dúvidas disto. Independentemente da dor do autarca, do comerciante, do cidadão, a dor maior é do dono da obra. Nós todos, donos de obras, começamos as obras para elas acabarem e acabarem o melhor possível em qualidade e o mais rapidamente possível. Ninguém tenha dúvidas quanto a isto. E uma outra nota que é importante. Nós, hoje, nos estado em que temos a nossa Câmara não podemos fazer grandes obras. Dou o exemplo de Lisboa. Neste momento, Lisboa está de pantanas nas suas artérias principais mas está a fazer uma grande obra, em várias zonas. Tem na obra um dos maiores e melhores empreiteiros do nosso país, com uma capacidade técnica e financeira do melhor que o país tem. Essa empresa vem aos nossos concursos? Não. Os nossos concursos têm uma dimensão muito pequena para essas empresas de grande qualidade que o mercado tem. Não vêm a concursos de cento e cinquenta mil euros, de trezentos mil euros, como são estas obras que temos neste momento em curso. Pura e simplesmente não vêm. As empresas que vêm aos nossos concursos, felizmente tem-nos corrido bem, são boas empresas, competentes, mas que têm uma capacidade técnica e financeira muito curta. Por exemplo, hoje a empresa que ganhou a obra na Rua José Estêvão também ganhou a da Rua Agostinho Pinheiro. E às vezes quando não vemos pessoas em certa fase da obra numa ou na outra é porque a equipa foi toda mobilizada para resolver uma questão numa obra e num outro dia para a outra. Esta mesma empresa ganhou a obra da Rua Von Haff; combinámos com a empresa que não começa a obra da Rua Von Haff sem acabar a da Rua José Estêvão e sem a da Rua Agostinho Pinheiro estar ultrapassada nas suas fase mais delicadas. Por isso, a obra na Rua Von Haff já podia estar em curso desde meados de Agosto mas combinámos com o empreiteiro que só se arranca com a obra na Rua Von Haff entre o final de Setembro e o início de Outubro. Nós temos que lidar com estas coisas, aproveitarmos também para somarmos as obras da AdRA para mudar a rede de águas pelos motivos que falei há pouco. À nossa obra e antes da nossa obra juntou-se uma importante obra da AdRA e conseguimos que a AdRA contratasse os nossos empreiteiros, num processo administrativo que é delicado mas tem que ser rigoroso porque a AdRA também que cumprir a lei da contratação pública como nós, Câmara, temos que cumprir. O Bairro da Gulbenkian vai ter árvores, há uma replantação, uma recolocação, porque as árvores, da forma como estavam no bairro, era uma coisa má, tinham um conjunto de inconvenientes, nomeadamente na largura do passeio e na relação dos automóveis. Arredondando a conta, as árvores vão ficar no meio de cada duas baias de estacionamento e junto ao passeio. Aliás, se o Filipe Guerra passar lá já vê as caldeiras, ainda não vê as árvores mas se olhar para o chão já vê as caldeiras construídas.

Em relação às eclusas e aos muros, como sabe, Filipe Guerra, adjudicámos um estudo prévio dos projectos para termos uma noção tecnicamente competente sobre o estado

destas várias componentes e, em cima desse trabalho, tomarmos decisões sobre o investimento. Vamos continuar a investir e se o milhão não for suficiente vamos tentar conseguir encontrar mais dinheiro noutras fontes porque se trata de uma matéria absolutamente prioritária. Seguimos esse trabalho embora nessa área, nomeadamente a eclusa, temos vigilância vinte e quatro horas por dia; a eclusa tem trabalho da nossa Câmara com funcionários em permanência vinte e quatro horas por dia. Obviamente que não temos isso a tomar conta de todos os muros ou da Ponte de S. João ou de outras componentes que o sistema tem.

Pego agora na questão que a Rita Batista colocou sobre o PAM para falar também na questão que o Francisco Picado também referenciou. Primeiro, Rita Batista, não há despedimentos. A nossa Câmara, nestes três anos, não despediu ninguém por dois motivos: o primeiro motivo é que não podemos, a lei não nos permite despedir. Segundo, é porque não queremos, não temos motivos para despedir. A duas pessoas que saíram forçadas, saíram por exoneração no seguimento de processos disciplinares por grave incumprimento dos seus deveres. Mais nada. Não há despedimentos, nem haverá, porque a lei não deixa e porque nós não estamos para aí virados. Houve aposentações, houve rescisões de mútuo acordo, e é por aqui que nós temos feito o trabalho a esse nível. Quanto à intensificação essa expressão é uma expressão da lei; a esmagadora maioria das medidas de equilíbrio orçamental definidas na lei estão tomadas e nós já estamos a beneficiar na nossa despesa e também nas nossas receitas das medidas que já tomámos. O que é que já anunciámos? Anunciámos que vamos aproveitar o que está na lei do Orçamento do Estado, por mérito do Partido Comunista e infelizmente não ajudado pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista, e vamos baixar a taxa máxima de IMI de zero cinco para zero quarenta e cinco para ser aplicada na cobrança do IMI no próximo ano de dois mil e dezassete. Neste caso, o Francisco Picado pergunta como é que funciona isto. Se o PAM I for aprovado, entretanto, pelo Tribunal de Contas, num tempo mais ou menos simultâneo com a aprovação do PAM II pelo FAM como é que isto funciona? PAM II vai para o lixo. PAM I inicia imediatamente a sal execução. Relembro que, ao abrigo da lei, quinze dias depois do visto o Fundo tem a obrigação de transferir a primeira tranche e iniciaremos, imediatamente, a negociação de adenda ao contrato ou aos contratos para alterar o PAM I para e ele se pôr, enfim, vou dizer a expressão exagerando um bocadinho, igual ao PAM II. É tão simples quanto isto. Se falar com a minha colega e camarada do seu partido Presidente da Câmara de Alfândega da Fé é assim que ela está a fazer. Ela teve o seu PAM visado pelo Tribunal de Contas, foi o primeiro do país, embora um visto tácito, e é um mini FAM, é um FAM de um vírgula dois ou três milhões de euros, com as regras anteriores: taxas a três por cento, que é pesada porque a taxa agora é de um e meio por cento. Como é que a Dra. Berta está a fazer? Está a negociar uma adenda ao contrato para mudar a taxa, só para falar do aspecto mais expressivo. É assim que faremos se essa circunstância acontecer. Se o PAM II for chumbado pelo Tribunal de Contas obviamente que haverá uma solução Plano C. Lembro as nossas conversas do Plano A e do Plano B, neste momento temos o Plano A a comemorar, com infelicidade, oito meses de estadia no Tribunal de Contas em sede de recurso, faz segunda-feira oito meses que entregámos o recurso do PAM I. Se o PAM I for chumbado e o PAM II também nós teremos Plano C embora também possamos ter o direito à indignação porque não será perceptível o chumbo do PAM II. Neste momento temos o PAM I no Tribunal de Contas e na antecâmara, para entrar, está o PAM II. Neste momento há uma questão delicadíssima e que ninguém nos sabe responder e que «como é que se põe o PAM II e se tira o PAM I?». Os juristas estão todo a ver como é que se faz isto, nunca ninguém tinha pensado numa situação destas. Há uma questão, seguramente que os nossos juristas saberão, que é um problema de litispendência. Nós

acharíamos que entrava o PAM II e estando lá o PAM II seria analisado e depois o Tribunal de Constas escolheria o melhor dos dois. Ao abrigo da lei existe o procedimento da litispendência que quer dizer que estando lá o PAM I se entrar o PAM II que trata a mesma matéria ele é liminarmente rejeitado. É exactamente o contrário do que nós queremos. Estamos a ver como é que nós dando entrada ao PAM II tiramos o PAM I sem dano para aquilo que queremos cumprir.

O Festival dos Canais foi um sucesso, correu muito bem, tomáramos nós que fosse verdade o que disse dos cento e cinquenta mil euros serem o orçamento de um ano do Teatro Aveirense. É um bocadinho menos de um terço, de um terço à moda moderna porque se fosse à moda antiga seria um sexto ou um sétimo. Relembro que o Teatro Aveirense tem, hoje, doze colaboradores mas chegou a ter quarenta e cinco. Foi um sucesso, correu muito bem, tivemos muito pouco tempo de promoção, tivemos apenas dez dias de promoção porque tivemos a conjugação do contrato PEDUCA, lançamento da campanha “Aveiro, Cidade dos Canais” e Festival dos Canais; isto tinha que acontecer assim porque se não nós não tínhamos realizado o Festival dos Canais. Entendíamos não termos enquadramento legal para o fazer. Mesmo assim, por felicidade das novas tecnologias da comunicação, correu muito bem, com a certeza de que a edição de dois mil e dezassete correrá muito melhor na diversidade, na dimensão dos eventos e também na participação porque será na Feira de Março de dois mil e dezassete que apresentaremos o Festival dos Canais desse mesmo ano de dois mil e dezassete. Espero que quem lá foi, quem usufruiu dos múltiplos momentos, os maiores ou os mais pequeninos, os workshops das crianças, sejam eles culturais ou desportivos, houve imensas actividades. Tudo aquilo que era com pré-inscrição e foram muitas, essas actividades esgotaram todas. Foi, portanto, um bom exercício mas obviamente que queremos, e assim será, que a segunda edição tenha mais dimensão e mais qualidade do que aquela que foi a edição deste ano.

A razão da paragem foram litígios entre a Câmara e o empreiteiro que tiveram génese nos incumprimentos financeiros da Câmara para com o empreiteiro.

Se o Sr. Dr. quiser consultar os documentos do processo formal disponha para perceber com pormenor tudo aquilo que aconteceu. Foi um processo kafkiano, em que as culpas, a origem das culpas, está claramente na nossa Câmara Municipal.

Também ainda em relação ao CARSurf, Sr. DR. a candidatura tem um modelo financeiro de gestão, com receita e com despesa. Também disponha para consultar e conhecer o processo. Não posso é, nem devo, pôr tudo nesta comunicação se não teríamos aqui uns quilos de papel e então é que ninguém ligaria nenhuma a semelhante documento.

Mas disponha o Sr. Dr. para consultar esse documento, ele existe e está obviamente ao dispor de todos.

O que é que cresceu de IMI? O que é que cresceu de Investimento? Quanto é que já investimos nas pavimentações? Quanto é que já investimos no pagamento da dívida? Relembro que em Abril pagámos cinquenta por cento da dívida às Juntas de Freguesia e pagámos todas as dívidas inferiores a cinquenta mil euros, no valor total de dois vírgula dois milhões de euros.

Todos estes dados existem, Sr. Dr. e estão ao seu dispor para os analisar. Quanto às famílias e às crianças, depois de termos anos de degradação absoluta do nosso parque escolar que é inenarrável e inadmissível, de se terem abandonado os nossos Parques Infantis.

Já trabalhámos muito naquilo que nos é possível, na sua qualificação. Já temos escolas com qualidade, nomeadamente, na nossa principal que é a Escola da Vera Cruz, que lhe demos a volta e hoje é uma belíssima escola que está a funcionar bem.

Estamos a iniciar, já estão adjudicados vários, na qualificação dos nossos parques infantis, num trabalho de cooperação com as nossas Juntas de Freguesia, porque lhes vamos entregar a gestão dos parques qualificados. Não lhes vamos entregar antes das operações de investimento de qualificação.

Há muita matéria trabalhada aí e também na educação ambiental, muito trabalho novo que não existia no passado. No levar a cultura às crianças, por exemplo, com o Música na Escola a irem assistir a um espetáculo de natureza pedagógica com a nossa Filarmonia das Beiras. Sr. Dr. esteja mais atento porque são de facto muitas coisas.

Esqueci-me de dizer à Rita Batista, peço desculpa, que pode conhecer os vídeos no site, seja o vídeo curto que usamos nas ações promocionais, como esta que fizemos agora em Macau, de três minutos, seja o documentário de trinta. Está no site desde o dia que o apresentámos aqui — não tivemos o prazer da sua companhia.

Portanto, use, disponha, e agradecemos que difunda na sua rede, junto dos camaradas do Bloco e dos seus amigos na rede que a sua vida seguramente tem. Temos o maior interesse em que nos ajude em multiplicar, especialmente o dos três minutos já que o dos trinta será para quem faz uma outra abordagem mais profunda no conhecimento da nossa realidade.

Agradeço todas as referências feitas por vários colegas, Paulo Marques, Ernesto Barros, etc. Tomei boa nota das sugestões do Ernesto Barros, embora nesta coisa dos assaltos há medidas dissuasoras, mas não há medidas que impeçam os assaltos. E se tivéssemos tido só dois assaltos a dois auto-caravanistas tínhamos uma performance do melhor do mundo mas infelizmente temos mais cidadãos assaltados do que os dois que referenciou. É claro que depois transformaram estes dois pequenos assaltos numa coisa do além que até mereceu grande destaque num dos jornais do país mais especializado nesse tipo de matérias.

Quanto a coisas importantes, relembro a todos a conferência importantíssima que é o seminário que vamos ter no nosso Município, na nossa cidade, na próxima segunda-feira, sobre o Portugal2020.

Teremos cá sete membros do Governo, quatro Ministros e três Secretários de Estado, teremos cá o Sr. Presidente da República, teremos cá seis gestores de fundos comunitários do país; conseguimos trazer para cá porque Aveiro é hoje reconhecida como importante, tem um papel muito importante na ANMP e é um importante momento para pensarmos todos, para contribuirmos todos, para que o Portugal2020 seja melhor — que se resolva os muitos problemas que ainda tem e esse é o grande objectivo da conferência que vamos realizar na próxima segunda-feira no Centro de Congressos, no Grande Auditório que está renovado.

Fica também esse convite. Acabámos, hoje, um grande investimento que não vou dizer hoje o número para não haver alguém a dizer que estamos a gastar dinheiro mal gasto, porque quando anunciar o número irei explicar os pormenores. Acabámos hoje um grande investimento nas cadeiras, em toda a estrutura electrónica de comunicação e de som e de imagem. Passámos a ter hoje um Grande Auditório de grande qualidade a esse nível porque o que tínhamos até aqui já tinha perdido o seu tempo de validade, já foi bom, como é evidente, mas o seu tempo estava completamente ultrapassado. Se não for na conferência de segunda-feira num outro momento valerá a pena passarem por lá, temos uma casa com muito mais qualidade do que aquela que tínhamos até então.

Tomámos boa nota das questões das árvores. É um problema mas às vezes é muito difícil. Aquelas árvores do Tribunal têm uma copa brutal e por mais que sejam podadas elas têm uma velocidade de crescimento das varas que não ia resolver. Eventualmente, ali, um dia, teremos que ter uma medida mais drástica porque de facto aquela copa é demasiada. E temos outros sítios, temos mais, onde a copa das árvores é um problema.

Temos que ir gerindo com as podas e com as substituições e ir resolvendo estes problemas que temos nalgumas zonas, em várias zonas, da nossa cidade.

Quanto aos erros dos “guias” nos moliceiros, eu acho que os nossos guias têm crescido muito, estão cada vez melhores, dizem umas asneiras mas temos é que os ajudar a fazer melhor. Estamos ainda numa fase em que o crescimento quantitativo é a marca número um, mas também é verdade que já temos empresas claramente com boa nota no crescimento qualitativo. Obviamente que vamos continuar a crescer em quantidade mas garantidamente vamos crescer cada vez mais em qualidade

Dra. Ana Maria Seíça Neves, em relação ao Parque, quase tudo o que disse está correto. Mas poderíamos dizer mais. Temos dois tipos de problemas no Parque. Temos um problema com o sistema de rega porque se comprou um caríssimo sistema de controlo informático para regar que não funciona, nem a empresa que o vendeu sabe funcionar com ele!? E foi construído esse sistema sem redundância mecânica, que é uma coisa inacreditável. Viram um Parque com um sistema de rega caríssimo construído e enterrado e andaram por lá de vez em quando, muito menos tempo do que aquilo que era necessário, de mangueira a regar. Temos um problema difícil de resolver.

Na ponta, onde eventualmente não fez passeio, mas onde a minha corrida é feita lá, em regra ao domingo de manhã, fui até Santiago e aí está a ser acabada uma obra importantíssima: o refazer toda a estrutura de iluminação pública do Parque que estava toda rebentada e toda rota. Fizemos um acordo com a EDP e está a acabar a obra.

Já lá podem correr em segurança porque eu corri sem segurança porque ia lá correr com as valas abertas. Neste momento estão todas as valas tapadas mas a obra ainda não acabou. Vamos prosseguir este caminhando somando-lhe uma componente que ainda não está bem, ou melhor, que está num patamar que nem sequer é positivo. Temos que ter a presença permanente no Parque de uma equipa residente, nas quatro partes do Parque: Baixa de Sto. António, Infante D. Pedro, Amores e Santiago. Sem isso não é possível termos o Parque como queremos. E nós queremos o Parque cem por cento bem todos os dias. Assim vai ser. Estamos próximos de activar essa permanência na gestão do nosso Parque. Mas devo dizer que é muito agradável passear à noite no Parque. Devo dizer que as corridas que faço no nosso Parque à noite são fáceis, são simples, encontro muita gente a passear no Parque à noite. Às vezes lá encontro um cidadão com o cão sem trela e digo sempre para pôr o cão na trela porque as outras pessoas correm o risco deles irem atrás de quem corre.

Com a obra da EDP pronta e concluída, também se percorre Santiago com segurança e é recomendável, porque é particularmente agradável. O nosso Parque quando chegarmos ao nível que queremos de um patamar muito bom ou excelente, é um sítio agradável onde valerá a pena passear de dia e de noite.

Dr. Marques Pereira, ficamos por aqui. Temos que nos clarificar os dois, numa conversa, este conceito de proposta. Muito do que disse não tem nada a ver com propostas. Mas tranquilo da vida. Há uma coisa que eu nunca fiz ao Partido Socialista nem o farei. A palavra que usou de reclamar a apresentação de ideias e propostas. Nunca o fiz e nunca o farei. Eu normalmente falo nisso quando vocês vêm com o “debate público”. Quando vocês vêm com o debate público é que eu vos relembro a falta de propostas. É nisto. Nunca reclamei à oposição a apresentação de propostas. Nós é que estamos mandatados para governar com o Partido Social Democrata e com o PP — era o que mais faltava virmos para aqui com as vossas propostas. Não. Nós temos as nossas reuniões de trabalho como equipa para discutirmos as propostas uns com os outros. Era o que mais faltava.

Quando trazemos para aqui a proposta do Plano e Orçamento já a discutimos, fizemos as nossas reuniões preparatórias. Eu julgo que no tempo em que o Partido Socialista governava o nosso Município era uma coisa idêntica.

O que diriam vocês se o Partido Popular e o PSD, os nossos colegas da Assembleia Municipal, viessem para aqui falar connosco sobre essas matérias. Iriam dizer, de facto, coisas muito más, que não éramos equipa e que não trabalhávamos uns com os outros. Mas somos equipa e trabalhamos uns com os outros, por mais que um ou outro que V. Exa. tem mais saudade tenha a opção de faltar. Mas as saudades que tem, V. Exa. tem que as gerir porque aí nem eu lhe posso aliviar o espírito — mas devo dizer-lhe que não tenho problemas de saudade. Quem faltar falta, quem vem, vem.

E como nós na rua nos cruzamos com toda a gente, matamos as saudades dos nossos concidadãos, mesmo aqueles que de vez em quando faltam ao nosso convívio em sede de Assembleia Municipal.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁶⁶

“O Senhor Presidente falou e era um ponto que eu queria ter invocado e que me passou disto do FAM. Eu penso que ainda há um cenário diverso desse que foi apresentado. Penso que litispendência poderá surgir o problema quando a questão a questão estiver já no âmbito judicial e penso que só está quando chegar ao Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas sabendo da existência do novo PAM pura e simplesmente ter arquivado o recurso. E porquê?

Sem conhecer profundamente o problema, devo confessar, mas há um princípio que é este: “quando se pratica um acto incompatível com um acto de recurso, naturalmente se perde o direito ao recurso”. É assim.

Ao fazer um novo PAM, a Câmara deu a ideia que não queria mais aquele primeiro PAM — porque é inconcebível haver dois PAM.

Portanto quando está na fase judicial o Tribunal tendo essa notícia, devia dizer única e simplesmente, archive-se o recurso por inutilidade superveniente que entretanto há um novo. É uma ideia possível. E a par da outra de estarem dois PAM que parece que é coisa absolutamente inaceitável — duas coisas aprovadas ao mesmo tempo. Afinal qual é um mérito de um PAM e qual o do outro. Ou vale um ou vale outro. Muito obrigado”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁷

“A única coisa que eu acho que é inaceitável é numa operação de emergência, de uma componente do Estado, o nosso recurso já ir em oito meses para reapreciação. Isto para mim é que é inaceitável.

Aliás, há uma coisa inaceitável antes desta e que é a lei não impor ao Tribunal de Contas um prazo.

E segundo, é uma situação destas, uma componente do Estado, em grave situação e que precisa daquele recurso aprovado ou chumbado (temos é que ter decisões), comemoramos (na reversão da palavra), obviamente com infelicidade, oito meses! É tempo demais para se decidir um processo desta natureza.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

De seguida, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação da ata em minuta respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação⁰⁶⁸ foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária Setembro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 16 de Setembro (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 01:10 horas do dia 10 de Setembro de 2016.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:40)